



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER  
Gerência de Licitação - DER-GEL

## **PROJETO BÁSICO**

### **1. IDENTIFICAÇÃO**

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.

**UNIDADE REQUISITANTE:** Coordenadoria de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras - DER/RO.

### **2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

2.1. O presente Projeto Básico fora elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar 93 (0066442761) devidamente através da Certidão 99 (0066471844), e a Solicitação de Compra - Aquisição de Material (0058792762), nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2024, bem como o Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, conforme os princípios licitatórios.

2.2. O presente Estudo Técnico Preliminar 93 (0066442761), é apresentado em conformidade com as diretrizes e conteúdo exigido no § 1º do caput do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Art. 32 do Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 de janeiro de 2024, bem como com o documento Solicitação de Compra - Contratação de Serviços (0064947099) e das Nota Técnica 77 - Especificações Técnicas (0065737541) e Nota Técnica 84 - Planilha referencial (0066442837).

2.3. Tal instrumento espelha a necessidade a ser contratada, bem como a viabilidade de contratação por meio da Solicitação de Compra - Contratação de Serviços (0064947099) e do Estudo Técnico Preliminar 93 (0066442761), desenvolvido pela Coordenadoria de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras (CPPOO) e Autorização (0058792718).

### **3. DO OBJETO E ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS**

3.1. **DO OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração dos Estudos de Viabilidade, Elaboração de Projeto Básico de Engenharia e Projeto Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural ou de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte existente, incluindo Componentes ambientais, sobre o rio São José, RO-010, km 17,70, trecho: RO-473/BR-429, no município de Alvorada d' Oeste.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração dos Estudos de Viabilidade, Elaboração de Projeto Básico de Engenharia e Projeto Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural ou de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte existente, incluindo Componentes ambientais, sobre o rio São José, RO-010, km 17,70, trecho: RO-473/BR-429, no município de Alvorada d' Oeste.	UNIDADE	01

3.1.1. O objeto será dividido nas seguintes etapas

3.1.1.1. **Etapla 01** - Execução de ensaios de patologias e elaboração de estudo de viabilidade. Nesta etapa na fase de levantamento de dados, levantamento físico da estrutura existente deverá ser produzido relatórios técnicos conforme instruções contidas na Nota Técnica 77 - Especificações Técnicas (0065737541).

3.1.1.2. **Etapla 02** - Elaboração de Projeto Básico de engenharia e Projeto Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural OU de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte existente, conforme instruções contidas na Nota Técnica 84 - Planilha referencial (0066442837).

3.1.2. **Das informações essenciais:**

- **Ponte em concreto estrutural sobre o Rio São José**

a) **Rodovia:** RO-010

b) **Trecho:** RO-473/BR-429

c) **Coordenadas:** 11°13'35"S 62°15'53"O

d) **Município:** Alvorada d' Oeste

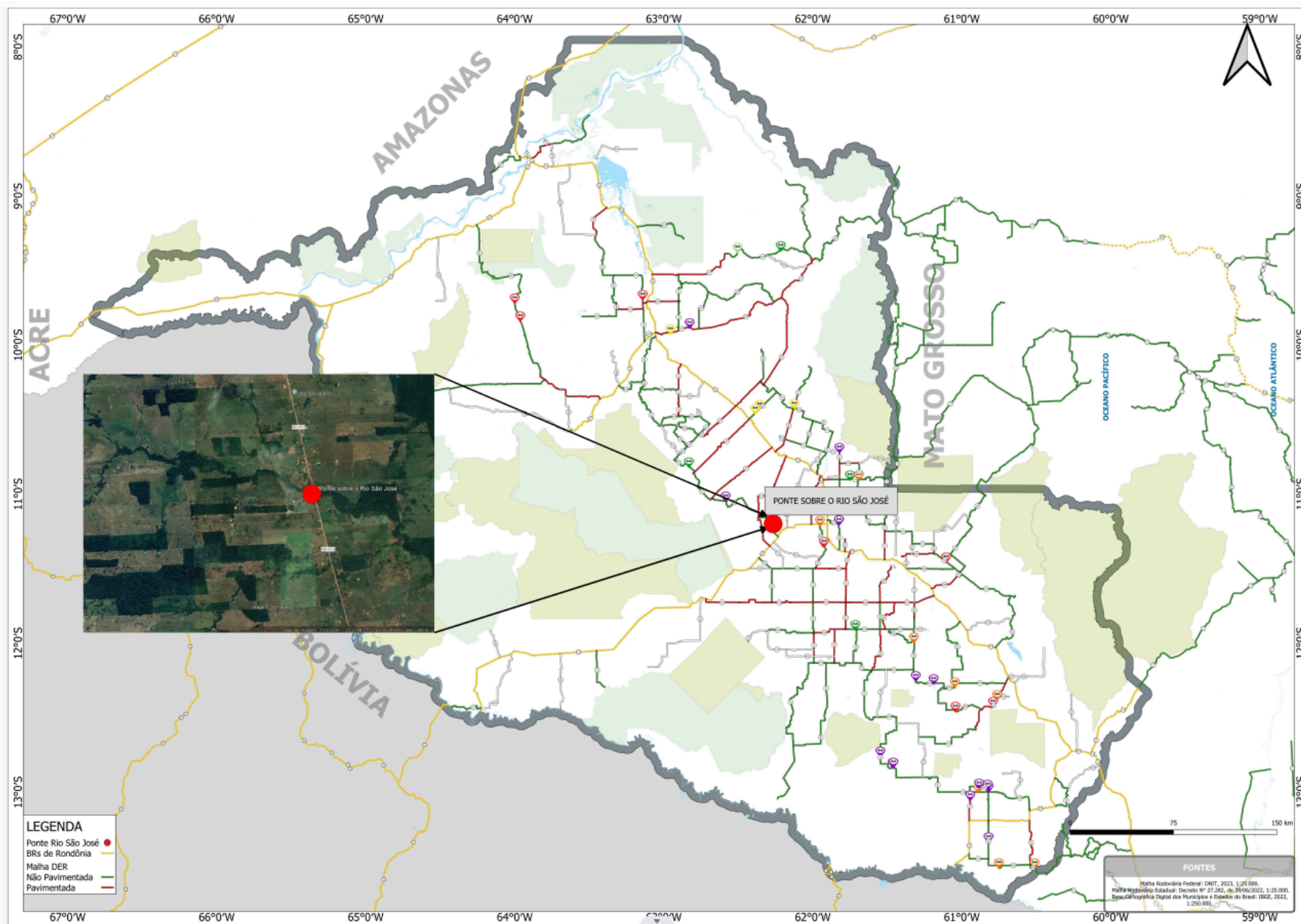
e) **Extensão aproximada:** 30,00 m.

f) **Seção aproximada a ser projetada:** 10,20 m

g) **Localização:** km 17,70

3.1.2.1. A Figura 01 apresenta o mapa de localização da ponte em questão:

Figura 01 - Mapa de Localização Ponte sobre o Rio São José



3.1.2.2. A prática de execução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

3.1.2.3. Escopo básico para elaboração dos Estudos de Viabilidade, Elaboração de Projeto Básico de Engenharia e Projeto Executivo de Obra de Arte Especial da Ponte incluindo Componentes ambientais, sobre o rio São José, RO-010, km 17,70, trecho: RO-473/BR-429, no município de Alvorada d' Oeste, e as suas especificações gerais do objeto encontra-se na Nota Técnica 77 - Especificações Técnicas (0065737541).

3.1.2.4. A Nota Técnica 84 - Planilha referencial (0066442837), aborda a metodologia empregada para a elaboração do orçamento referencial deste processo.

### 3.2. DA ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

3.3. O orçamento completo atualizado deste serviço, contendo os respectivos quantitativos, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte estão inserido neste processo na Planilha Orçamentária anexa ao processo.

3.4. Os preços unitários utilizados no documento supracitado foram os praticados pelo Sistema de Custos Rodoviários NOVO SICRO – Mês base JULHO/2025 - Rondônia.

3.5. As demais peças técnicas utilizadas para a composição orçamentária do custo final, como os preços unitários referenciais, as memória cálculo e os documentos que lhe dão suporte estão inseridos neste processo, em:

a) Planilha Orçamentária \_Referencial\_São José (0066443142)

b) Cronograma Físico-financeiro\_São José (0066443565)

### 3.6. DA NATUREZA DO OBJETO

3.6.1. Conforme já explanado anteriormente, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar trata-se da Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração Estudo de Viabilidade e Elaboração de Estudo de Viabilidade e Elaboração de Projeto Básico de engenharia projeto Executivo de de Obra de Arte Especial da Ponte ou Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte, incluindo Componentes ambientais, sobre o rio São José, RO-010, no município de Alvorada d' Oeste. Segundo o art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

XI- serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;"

3.6.2. Portanto, o objeto em questão se enquadra no inciso XVIII da Lei de Licitações, sendo um **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual** relativo à estudo técnico de viabilidade, projetos básicos e projetos executivos. Conforme elencado, devido à natureza do objeto compreender um serviço técnico especializado, este possui caráter especial.

#### 4. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A proposta de recuperação e duplicação da ponte na rodovia RO-010, ou a construção de uma nova estrutura, é essencial para garantir a segurança dos usuários e assegurar a continuidade do desenvolvimento econômico e social da região do leste rondoniense. Atualmente, a ponte existente encontra-se em condições críticas, colocando em risco a mobilidade da população e o escoamento da produção agropecuária, além de comprometer o tráfego de mercadorias. O fundamental, portanto, é que a ponte sobre o Rio São José seja consertada ou substituída, independentemente da solução adotada, desde que atenda adequadamente às necessidades da região.

4.2. O mais importante é assegurar que a estrutura resultante — seja por meio de recuperação ou de um novo projeto de engenharia — ofereça condições seguras e eficientes para o tráfego. Em muitos casos, a recuperação e duplicação da ponte pode representar uma alternativa mais econômica, com estimativas indicando até 70% de redução nos custos em comparação com uma construção totalmente nova. Isso ocorre principalmente porque é possível aproveitar parte da infraestrutura existente, evitando despesas com desapropriações e fundações. No entanto, é importante destacar que essa economia só será confirmada após a realização de estudos técnicos detalhados, como ensaios e análises estruturais. Se a fundação atual estiver comprometida ou exigir reforços substanciais, os custos de recuperação podem, inclusive, superar os de uma nova construção, por exemplo.

4.3. Além do custo, o prazo de execução também é um fator relevante. Intervenções de recuperação, quando viáveis, tendem a ser concluídas mais rapidamente do que obras de construção do zero, o que favorece a trafegabilidade da região em um tempo menor e com menos impacto na circulação local.

4.4. Em relação ao impacto ambiental, tanto a recuperação quanto a construção de uma nova ponte apresentam vantagens e desafios. A recuperação tende a gerar menor impacto por reutilizar estruturas já existentes e demandar menos recursos naturais. Por outro lado, a construção de uma nova ponte exige maior uso de materiais como concreto e aço, o que pode resultar em impactos ambientais mais significativos. Ainda assim, com um bom planejamento, ambas as opções podem ser executadas de forma a mitigar danos ambientais e respeitar a legislação vigente.

4.5. A rodovia RO-010 tem papel estratégico no desenvolvimento de Rondônia, sendo fundamentais para o escoamento da produção agropecuária e para a integração entre municípios e distritos. O estado, que ocupa a segunda posição na região Norte em Valor Bruto da Produção Agropecuária — totalizando cerca de R\$ 20,95 bilhões — tem na pecuária sua principal força econômica. Para que esse setor continue crescendo de forma sustentável, é indispensável contar com uma infraestrutura rodoviária eficiente e segura.

4.6. Além dos aspectos econômicos, a reabilitação ou substituição da ponte trará benefícios diretos à população, como melhor acesso a serviços essenciais de saúde, educação e comércio. A melhoria na estrutura da rodovia também contribuirá para a redução de acidentes, proporcionando mais segurança para motoristas e pedestres. Pequenos e médios produtores rurais, que dependem de estradas em boas condições para transportar sua produção, poderão se manter competitivos no mercado, expandindo suas oportunidades de negócio.

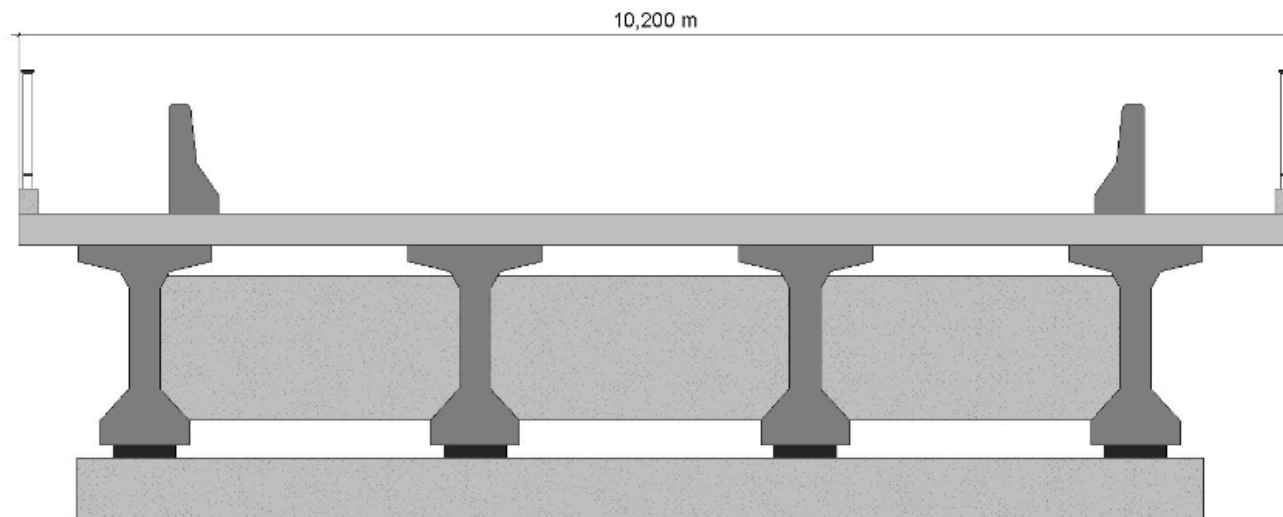
4.7. Diante de todos esses fatores, fica claro que a prioridade deve ser garantir uma solução eficaz e duradoura para a ponte na RO-010 — seja por meio da recuperação ou da construção de uma nova estrutura — com foco na viabilidade econômica, segurança viária e controle dos impactos ambientais. Investir nessa infraestrutura significa promover um transporte mais eficiente, seguro e sustentável, além de impulsionar o desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida da população. Assim, assegurar a integridade e funcionalidade da ponte é também assegurar um futuro mais próspero para Rondônia e para todos os usuários dessa importante rodovia.

4.8. A Justificativa completa da necessidade da contratação encontra-se presente na Autorização (0058792718), de onde foi extraído este excerto.

#### 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução para o objeto em questão é a Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Estudo de Viabilidade e Elaboração de Projeto Básico de engenharia e Executivo de Obra de Arte Especial da Ponte ou de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte, incluindo Componentes ambientais, sobre o rio São José, RO-010, no município de Alvorada d' Oeste, serviço indispensável para proporcionar as devidas condições de tráfego na rodovia onde esta se localiza.

- 5.2. A execução da solução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.
- 5.3. A empresa contratada deverá proceder com os estudos iniciais da ponte objeto desta contratação e verificar qual a situação mais vantajosa do ponto de vista técnico-econômico, podendo ser: elaboração de novos projetos de engenharia de obra de arte especial ou recuperação e duplicação da ponte já existente.
- 5.4. Vale ressaltar que a **seção de projeto de engenharia da ponte deve ser, no mínimo, dimensionada com 10,20m de largura, contemplando duas pistas de rolamento, cada uma com 3,50 m, e duas faixas de passeio para passagem de pedestres com aproximadamente 1,20 m cada e duas defensas de proteção New Jersey.**



- 5.5. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela fiscalização do serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os quantitativos efetivamente executados.
- 5.6. O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.
- 5.7. A empresa contratada deverá desenvolver e entregar os projetos de engenharia da ponte utilizando a metodologia BIM (*Building Information Modeling*), garantindo a interoperabilidade, compatibilidade e nível de detalhamento adequado conforme as normas vigentes. O projeto deverá ser fornecido em formato aberto (como IFC) e nativo da plataforma utilizada, incluindo modelos 3D, documentação associada, quantitativos e demais elementos necessários para a análise, aprovação e execução da obra.

#### 5.8. Dos projetos de engenharia

- 5.8.1. Não serão aceitas propostas de projeto de engenharia de soluções técnicas inferiores àquelas que se encontram agregadas a este processo.
- 5.8.2. Os projetos de engenharia serão analisados pela fiscalização do DER/RO, que poderá, justificadamente, recusar a solução proposta, solicitar adequações/correções ou aceitar as soluções.
- 5.8.3. A aceitação ou aprovação pelo DER/RO dos projetos de engenharia apresentados não exclui a responsabilidade da contratada pelas falhas ou omissões nos projetos de engenharia, não sendo possível o pleito de aditivos decorrentes de falhas ou omissões nos projetos de engenharia.

5.8.4. O Projeto Básico e Executivo de Engenharia deverá conter, no mínimo, os seguintes volumes:

- a) Volume 1 – Relatório de Projeto de engenharia, Estudos necessários e Memorial Descritivo de cada projeto de engenharia;
- b) Volume 2 – Projeto de Execução - Pranchas referentes a cada projeto e Notas de Serviço;
- c) Volume 3 – Memória Justificativa e Memórias de Cálculos;
- d) Volume 4 – Orçamento, Plano de Execução e Especificações de Serviços;
- e) Volume 5 – Componentes Ambientais.

5.8.5. Caberá à contratada a elaboração do Projeto Básico e Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial da Ponte, necessário e satisfatório à execução do empreendimento, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser levados em consideração os elementos técnicos fornecidos pelo DER/RO.

5.9. **Critérios de aceitabilidade e parâmetros de desempenho**

- 5.9.1. Deverá(ão) ser apresentada(s) a(s) ART(s) da empresa (s) e/ou consórcio (s) responsável (is) e também do responsável técnico pela elaboração dos projetos de engenharia, que assim couber;
- 5.9.2. Será realizado o aceite do Relatório Parcial/Total do Projeto de engenharia por parte do DER/RO;
- 5.9.3. Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas/instruções de serviço

5.10. **Resultados Pretendidos**

5.11. Aqui estão alguns resultados pretendidos com a contratação da empresa especializada:

- a) **Diagnóstico Técnico** – Avaliação detalhada do estado atual da ponte existente, identificando deficiências estruturais, grau de deterioração e riscos à segurança.
- b) **Definição da Melhor Solução** – Elaboração de estudos técnicos para determinar a viabilidade da recuperação, duplicação ou substituição da ponte, considerando aspectos estruturais, econômicos e operacionais.
- c) **Projeto Executivo** de engenharia – Desenvolvimento de projetos detalhados para a execução das soluções escolhidas, incluindo cálculos estruturais, materiais a serem utilizados e adequação às normas vigentes.
- d) **Segurança e Durabilidade** – Implementação de soluções que garantam a segurança dos usuários, prolonguem a vida útil da ponte e reduzam a necessidade de manutenção frequente.
- e) **Melhoria da Mobilidade e Infraestrutura Viária** – Ampliação da capacidade de tráfego, eliminando gargalos e melhorando a fluidez viária, beneficiando a circulação de veículos e pedestres.
- f) **Adequação Ambiental e Legal** – Conformidade com as exigências ambientais, garantindo que as intervenções respeitem a legislação vigente e minimizem impactos ambientais.
- g) **Otimização de Recursos** – Busca pela solução mais eficiente e economicamente viável, considerando custos de implantação, operação e manutenção das estruturas.

5.12. Outras demonstrações de resultados pretendidos encontram-se na Autorização (0058792718).

**6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO****6.1. Não poderão participar da licitação:**

6.1.1. Pessoas físicas, tendo em vista fatores como: complexidade técnica, experiência em elaboração de projetos de engenharia de pontes, garantia financeira e capacidade econômico-financeira, acesso a recursos e tecnologias, gestão de riscos, cumprimento de exigências legais e contratuais, segurança e responsabilidade Técnica. Dessa forma, a complexidade do serviço como um todo torna inviável este tipo de contratação;

6.1.2. Empresa que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.1.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

6.1.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.1.5. Empresa que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**6.2. Poderão participar deste processo de contratação:**

6.2.1. Empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, conforme Lei 14.133/21.

6.2.2. A Contratada deverá adotar prática de execução em obediência às Normas e Especificações Técnicas do DER/RO e da ABNT, bem como prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, além de eventuais alterações especificadas no presente Edital, responsabilizando-se pelas correções, conforme parecer técnico do servidor encarregado do recebimento;

6.3. As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto estão previstas no Edital.

6.4. A Contratada deverá adotar prática de execução em obediência às Normas e Especificações Técnicas do DER/RO e da ABNT, bem como prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, além de eventuais alterações especificadas no presente Edital, responsabilizando-se pela substituição ou reparo, em caso de anormalidade, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico do servidor encarregado do recebimento;

6.5. É dever da Contratada realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante;

6.6. A Contratada deverá assumir compromisso com práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis em toda a cadeia de produção e fornecimento dos insumos;

6.7. A Contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão na preparação e transporte dos materiais, não arcando o DER com qualquer ônus em caso de acidente por parte dos funcionários ou mesmo terceiros;

6.8. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.9. A descrição e quantidade que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos do DER, devendo a CONTRATADA acatar os termos de fiscalização e as respectivas orientações;

6.10. É dever da Contratada comprovar capacidade técnica e operacional, demonstrada através de documentação de enquadramento de empresa do ramo de prestação dos serviços de aquisição e entrega dos materiais que compõe o objeto do estudo;

6.11. A Contratada deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;



- 6.12. Para a prestação do serviço no fornecimento dos materiais, será exigido que o prestador se apresente devidamente identificado e usando todos os equipamentos de proteção individual cumprindo os requisitos da legislação vigente conforme as [Normas Regulamentadoras \(NR\)](#).
- 6.13. Junto à proposta de preços, a CONTRATADA deverá encaminhar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS, contemplando os custos e seu respectivo lucro.
- 6.14. A equipe técnica que participará da execução dos serviços estará sujeita à aprovação do DER/RO, por ocasião da contratação e sempre que necessário.
- 6.15. O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA.
- 6.16. A empresa a ser contratada deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

## 7. JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A legislação atual não estabelece a obrigatoriedade de parcelamento da contratação, portanto, as justificativas de **NÃO PARCELAMENTO** se tratando deste caso específico do objeto do presente ETP são dadas com base no Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, disposto a seguir:

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

7.2. Em suma, a contratação do item por completo do mesmo fornecedor promove a economia de escala, a padronização, a redução de custos e maior vantagem na contratação, além de ser mais vantajosa no que se refere à responsabilidade técnica e à competição, por isso, o parcelamento não será adotado. Outros fatores preponderantes a serem considerados são:

7.2.1. Parcelar a contratação poderia resultar em dificuldades de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores, aumentando o risco de falhas na compatibilidade entre projetos de engenharia;

7.2.2. O não parcelamento permite que um único contratado seja responsável por todas as fases do projeto de engenharia, garantindo maior controle e responsabilidade, o que facilita a gestão de riscos, a resolução de problemas e a garantia da qualidade, pois a empresa contratada tem um interesse direto em assegurar que todas as etapas sejam concluídas conforme os padrões estabelecidos e dentro do cronograma;

7.2.3. O parcelamento da contratação pode causar atrasos significativos devido à necessidade de múltiplos trâmites licitatórios e a possível falta de alinhamento entre diferentes contratados, enquanto a contratação de uma única empresa permite uma abordagem mais ágil, onde as fases de projeto de engenharia podem ser otimizadas para reduzir o tempo total de entrega do serviço;

7.2.4. A elaboração dos estudos e dos projetos de engenharia por uma única entidade permite a otimização dos recursos e a economia de escala, resultando em custos menores em comparação ao parcelamento, tendo em vista que múltiplas contratações aumentam os custos administrativos, de mobilização e de desmobilização, além de potenciais custos adicionais decorrentes de atrasos ou incompatibilidades técnicas entre os diferentes contratados;

7.2.5. A contratação de uma única empresa incentiva a inovação, pois permite que a empresa contratada proponha soluções técnicas e tecnológicas mais eficientes e econômicas ao longo do processo, enquanto a segmentação da contratação poderia limitar a aplicação de tecnologias avançadas e práticas inovadoras devido à falta de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores;

7.2.6. A legislação reconhece que em projetos de engenharia complexos, como os de obras de artes especiais, a integração é um fator crucial para o sucesso do empreendimento. Portanto, justifica-se o não parcelamento da contratação para a elaboração de projetos de engenharia da ponte em questão, visando garantir a integridade técnica, a eficiência no cronograma, a otimização dos custos, a aplicação de inovações tecnológicas e a conformidade com a legislação vigente.

8. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

8.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

8.2. O prazo previsto para execução total dos serviços será de **150 (cento e cinquenta) dias**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante do Projeto Executivo.

8.3. A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da publicação. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se á como expedida no último dia do mesmo prazo.

8.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, **nos termos do [art. 115, §5º da Lei n. 14.133/21](#)**.

8.5. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.6. O objeto contratual deverá ser executado no local definido no item DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES ESSENCIAIS no presente Projeto Básico.

8.7. ETAPAS DO OBJETO

8.7.1. Este Projeto Básico trata-se da Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Estudo de Viabilidade e Elaboração Projeto Básico de engenharia e o Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural ou de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte existente, incluindo Componentes ambientais, sobre o rio São José.

8.7.2. As etapas do objeto se dividem em:

Tabela - Etapas do objeto

Etapas	Produto	Prazo (dias)
1	Execução de ensaios de patologias e elaboração de estudo de viabilidade	30
2	Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural OU de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte existente	120

8.7.3. Conforme descrito no quadro acima, para o objeto deste processo, serão inicialmente realizados os ensaios técnicos, juntamente com a elaboração do estudo de viabilidade. Com base nos dados obtidos, a empresa definirá se a solução técnico-econômica mais adequada será a elaboração de um Projeto Básico/Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural, ou de um Projeto de Recuperação e Duplicação da ponte existente.

8.8. AVALIAÇÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA - ESTUDO DE VIABILIDADE

8.8.1. Após o recebimento da ordem de serviço, a empresa iniciará os ensaios das patologias da ponte existente, bem como o estudo de viabilidade. A elaboração e a forma de apresentação desses serviços estão devidamente descritas na **Nota Técnica 77 - Especificações Técnicas (0065737541)** itens 5 e 6. O prazo para execução será de **30 (trinta) dias**, conforme o **Cronograma Físico-financeiro\_São José (0066443565)**.

8.8.2. Concluída essa etapa inicial, a empresa apresentará ao DER-RO, dentro do prazo estabelecido, os seguintes produtos: **Estudo de Viabilidade e Estudo das Patologias**. O DER-RO terá **10 (dez) dias** para análise e neste período a empresa poderá seguir com a elaboração os itens referente aos Componentes Ambientais. Após a

análise do DER para os estudos de viabilidade e estudo das patologias, a empresa fará as possíveis revisões e continuidade ao **projeto de restauração e duplicação da ponte** ou, caso necessário, a um **novo projeto de ponte**. Havendo solicitação de ajustes, a empresa disporá de **10 (dez) dias** para revisão, podendo, paralelamente, avançar na elaboração dos projetos.

8.8.3. Após a primeira revisão, a empresa seguirá com o desenvolvimento do contrato, devendo, em até **30 (trinta) dias**, apresentar a minuta da maior parte dos projetos. O DER-RO terá então **20 (vinte) dias** para realizar a segunda análise. Durante esse período, a empresa continuará a elaboração dos demais projetos, dispondo de **10 (dez) dias** adicionais para atender às revisões solicitadas.

8.8.4. No prazo de até **120 (cento e vinte) dias**, a empresa deverá entregar a última minuta, contemplando os projetos restantes. O DER-RO realizará a terceira análise em até **20 (vinte) dias**, cabendo à empresa **10 (dez) dias** para efetuar os ajustes necessários. Para a finalização do contrato, o DER-RO contará ainda com **10 (dez) dias** para revisão final referente aos trâmites processuais.

8.8.5. Por fim, os projetos básicos e executivos elaborados somente serão aprovados pelos responsáveis técnicos do DER-RO caso atendam integralmente às premissas e condições de desempenho estabelecidas no Edital/Projeto Básico.

#### 8.8.5.1. Estrutura do Estudo de Viabilidade

##### 8.8.5.2. Introdução

- A contratada deverá elaborar Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica do empreendimento, documento que deverá ser entregue juntamente com os ensaios e estudos das patologias da estrutura existente. Este estudo terá como finalidade subsidiar a decisão administrativa quanto à melhor solução de engenharia a ser adotada, permitindo a comparação entre alternativas e a seleção daquela que se mostrar mais vantajosa sob os aspectos técnicos, econômicos, ambientais e operacionais.

##### 8.8.5.3. Objetivos do Estudo

- O estudo deverá estabelecer de forma fundamentada a solução mais adequada para a obra de arte especial em questão, considerando a segurança estrutural, a durabilidade, os custos diretos e futuros, bem como o impacto sobre o tráfego e sobre o meio ambiente.

##### 8.8.5.4. Descrição do Problema

- Deverá ser apresentada descrição detalhada da situação atual da ponte, incluindo suas condições estruturais, de trafegabilidade, limitações geométricas e funcionais, bem como eventuais manifestações patológicas identificadas.

##### 8.8.5.5. Alternativas Avaliadas

- A contratada deverá estudar, no mínimo, as seguintes alternativas de intervenção:
  - a) Restauração, reforço e duplicação da ponte existente;
  - b) Construção de nova ponte em concreto estrutural.

##### 8.8.5.6. Análise Técnica

- Cada alternativa deverá ser avaliada considerando:
  - a) condições estruturais, funcionais e vida útil estimada da estrutura existente;

- b) limitações geométricas e funcionais da ponte atual;
- c) nível de intervenção necessário (recuperação simples, reforço, duplicação);
- d) adequação às normas técnicas vigentes (DNIT, ABNT);
- e) confiabilidade estrutural pós-intervenção;
- f) vida útil esperada de cada alternativa;
- g) segurança estrutural e desempenho funcional;
- h) impactos ambientais e operacionais decorrentes de cada solução.

#### 8.8.5.7. **Análise Econômica**

- Deverão ser estimados os custos diretos e indiretos de cada alternativa, incluindo:
  - a) mobilização, serviços preliminares, execução, sinalização e eventuais desapropriações;
  - b) custos de manutenção e operação ao longo do ciclo de vida;
  - c) custos sociais e econômicos decorrentes de eventuais interdições parciais ou totais durante a execução;
  - d) análise financeira por meio do Valor Presente Líquido (VPL) e da relação custo-benefício (CB).

#### 8.8.5.8. **Análise de Execução**

- A análise deverá contemplar:
  - a) prazos estimados de execução para cada alternativa;
  - b) impactos sobre o tráfego durante as obras;
  - c) riscos construtivos relacionados a solos, fundações e interferências locais.

#### 8.8.5.9. **Conclusão e Recomendação**

- O estudo deverá indicar, de forma clara e fundamentada, a solução mais vantajosa técnica e economicamente, apresentando justificativa baseada em dados objetivos e análise comparativa. Deverá ser apresentado cronograma preliminar da alternativa recomendada.

#### 8.8.5.10. **Produtos a Serem Entregues**

- A contratada deverá entregar, no mínimo:
  - a) estudo comparativo entre alternativas;
  - b) memorial descritivo de cada solução analisada;
  - c) planilhas orçamentárias elaboradas com base no SINAPI/SICRO;
  - d) laudo contendo recomendação técnica final, fundamentada na análise desenvolvida.

- Critérios de aceitação: coerência da recomendação, análise econômico-financeira completa.

#### 8.9. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

8.10. O Cronograma Físico-Financeiro é parte integrante deste Projeto Básico, sendo que ele representa as quantidades de serviços a ser executados fielmente pela contratada e se faz o elemento básico de controle dos serviços como também elemento de referência para medição e pagamento com base nesses cronogramas de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

8.11. **Prazo de verificação de pendências:** Esse período antecederá à expedição da ordem de serviço, sendo contados da publicação do contrato, para verificação de pendências liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, e ocorrerá da seguintes forma:

- a) A Contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a verificação de pendências; e
- b) A Contratante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fornecer orientações quanto as pendências.

#### 8.12. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO:**

8.12.1. O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, alínea "a" da Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.12.2. O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, alínea "a" da Lei Federal nº. 14.133/2021.

8.12.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.12.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24,VII Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

8.12.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

8.12.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.12.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.12.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

#### 8.13. **RECEBIMENTO DEFINITIVO:**

8.13.1. O recebimento definitivo dos serviços será feito mediante as seguintes condições:

8.13.2. O recebimento dos serviços será efetuado por uma comissão de fiscalização, exame, entrega e recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

8.13.3. Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais.

8.13.4. Até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.13.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.13.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.13.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.13.8. A Contratada deverá entregar o serviço em perfeitas condições de uso e funcionamento/execução, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega do objeto, consignando-se os motivos.

8.13.9. Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução;

8.13.10. Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada em garantir a solidez do serviço com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 do Código Civil;

8.13.11. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de engenharia de cada estrutura.

#### 8.14. QUANTO A PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.14.1. Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

- I - Procedimentos de Transição;

a) **Continuidade da Gestão:** Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, conforme descrito no item VII, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.

b) **Penalidades:** Em caso de surgimento de ocorrências patológicas, devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa executora, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa executora para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

II - Procedimentos de Finalização;

a) **Cumprimento das Obrigações:** Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros.

b) **Liquidar Pendências:** Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.

c) **Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento:** Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia quinquenal conforme item V.

d) **Documentação Final:** Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.

e) **Desmobilização de Recursos Financeiros:** Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.

f) **Análise de Resultados e Lições Aprendidas:** Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

III - Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na alínea d) do item II;

IV - Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na alínea d) do item II;

V - Início do acompanhamento da garantia quinquenal, que inicia contagem a partir da data de finalização do prazo de execução do objeto contratado;

VI - Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público pelo setor responsável;

VII - Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia quinquenal;

## 9. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.1. O prazo de vigência do contrato será de **225 (duzentos e vinte e cinco) dias**, contados a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, tendo início e vencimento em dia de expediente.

9.2. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme o art. 111 da Lei n.º 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

9.3. A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

9.4. O Contrato poderá ser prorrogado, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual 28.874/2024.

9.5. A prorrogação que trata este item é condicionada a ateste da autoridade máxima e a gestão contratual que deverão diligenciar para que seja formalizado termo aditivo de prorrogação ainda que posterior à prazo contratual inicialmente previsto, como forma de assegurar a adequada procedimentalização e a devida publicidade, instruindo o processo com:

I - cópia do Edital, do contrato original e de todas as alterações, caso esteja em processo distinto do original;

II - justificativa para a prorrogação pretendida, esclarecendo os motivos que ensejaram a inviabilidade da conclusão do objeto dentro do prazo originalmente previsto, a ser subscrita pelos fiscais e gestores do contrato e ratificada pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação;

III - comprovação de manutenção das condições e requisitos de habilitação do contratado;

IV - novo cronograma físico-financeiro;

V - minuta de termo aditivo a ser celebrado, conforme padrão aprovado pela Procuradoria Geral do Estado.

VI - A prorrogação deverá se dar pelo limite de tempo estritamente necessário para a conclusão do objeto, que será definido mediante justificativa fundamentada da fiscalização contratual acerca da correlação do prazo indicado e o motivo ensejador do impedimento da conclusão.

VII - Com relação à justificativa do inciso II, incumbe à autoridade máxima atestar, baseada em manifestação da fiscalização contratual, se o objeto não foi concluído por motivo imputável à Administração, hipótese em que a autoridade máxima da Pasta deverá diligenciar para a adoção das providências cabíveis, inclusive para a eventual apuração de responsabilidades, ou imputável ao contratado, hipótese em que deverão ser adotadas as providências previstas no art. 111, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.6. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o Art. 104 da Lei Nº 14.133/21.

## 10. DA RESERVA DE COTAÇÃO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

10.1. Considerando a complexidade e o valor estimado da presente contratação, além da exceção para obras e serviços de engenharia que traz a Lei 14.133/2021, neste objeto **não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).**

## 11. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA



11.1. A subcontratação se dará em concordância com o Art. 122 da Lei 14.133/2021, que versa:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

11.2. A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma:

11.2.1. É vedada a subcontratação total;

11.2.2. É permitida a subcontratação parcial, no limite estabelecido de 30% (trinta por cento) do objeto a ser licitado, conforme disposto no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3. A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.

11.2.4. A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER-RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;

11.2.5. Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação;

11.2.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

11.2.7. Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação;

11.2.8. Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.

11.2.9. **Fica vedada a subcontratação de empresas envolvidas anteriormente em serviços de anteprojeto, projeto de engenharia, construção, sondagem, análise e demais serviços executados durante a contratação da estrutura existente no local desta contratação.**

11.2.10. O Manual de Compras do Tribunal de Contas da União (TCU) indica a necessidade de que a Administração Pública avalie a capacidade técnica da empresa subcontratada relativa a execução dos serviços, com a observância, inclusive do disposto no §9º, art. 67, do Novo Estatuto de Licitações, que cito abaixo:

"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado. (grifo nosso)."

11.2.11. Da mesma forma, ressalta-se que o Acórdão 963/2024-TCU - Plenário informa que no caso de subcontratação de parcela do objeto para a qual houve exigência de atestados de qualificação técnica na licitação ou no processo de contratação direta, a Administração deve exigir da contratada, como condicionante de autorização para execução dos serviços, documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada (art. 122, § 1º, da Lei 14.133/2021).

11.2.12. Conforme a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017 (Atualizada), em seu ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR), deverá ser indicado se haverá ou não possibilidade de subcontratação de parte do objeto, e, em caso afirmativo, identificar a parte que pode ser subcontratada;

A possibilidade de subcontratação de serviços é um dos meios que pode amenizar a restrição a concorrência decorrente da junção de inúmeros serviços em único objeto. O Decreto Nº 8.538/2015 aporta o que segue:

"§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

(...)

§ 4º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas. "

(...)

§ 6º São vedadas: I - a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

(...)"

11.2.13. Portanto, **para fins de subcontratação**, considerando práticas usuais adotadas no mercado e o interesse público, a parte do objeto passível de ser subcontratada, pautada nos normativos técnicos demonstrados acima, serão os serviços acessórios, identificados através da análise do arquivo Planilha Orçamentária \_Referencial\_São José (0066443142).

- a) Estudos Hidrológicos/Inspeções de Campo;
- b) Estudos Topográficos e Topobatimétricos;
- c) Estudos Geotécnicos (Empréstimos/Jazidas);
- d) Componentes Ambientais;
- e) Sondagem;
- f) Ensaios técnicos patológicos.

## 12. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

12.1. Poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Nota Técnica, Especificações e Normas, e que possuam ou que venham fazer parte do seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor Acervo Técnico de elaboração de projetos de Pontes de Concreto. A participação de empresas consorciadas será regida de acordo com o Art. 15 da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, como segue:

- 12.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 12.1.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 12.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 12.1.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 12.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 12.1.6. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.
- 12.1.7. O consócio deverá apresentar:
  - a) Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.

- b) Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.
- c) O prazo de duração do consórcio deverá coincidir com a data do recebimento definitivo pela Administração das obras/serviços objeto do contrato administrativo licitado.
- d) O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.
- e) O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.
- f) A empresa vencedora fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no primeiro item que rege a participação de empresas consorciadas presente neste edital, sendo a "Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados".
- g) O presente edital estabelece para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de empresa individual para a habilitação econômico-financeira;
- h) O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;
- i) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- j) Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- k) A empresa líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução do contrato.

12.2. Não caberá limitação quanto ao número máximo de participantes em consórcio.

12.3. Em conformidade com o § 12 do Art. 67 da Lei 14.133/21, na documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

12.4. A permissão para consórcios amplia a competitividade, permitindo a participação de empresas que, individualmente, não atenderiam a todos os requisitos técnicos e econômicos e dilui riscos financeiros e operacionais entre as consorciadas, oferecendo maior solidez ao empreendimento.

12.5. Portanto, a permissão da participação de consórcios nesta licitação atende ao interesse público, favorece a seleção da proposta mais vantajosa e mitiga riscos de execução, devendo ser expressamente prevista no edital.

### 13. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE COOPERATIVA

13.1. Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de cooperativa, desde que observado o art. 16 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

*Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:*

*I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;*

*II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;*

*III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;*

*IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.*

## 14. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

### 14.1. DA PROPOSTA TÉCNICA

14.1.1. Deverá ser apresentada a Proposta Técnica, numerada, assinada por quem de direito, em uma única via, digitada em papel que identifique o licitante, em linguagem clara e objetiva, sem erros e rasuras ou entrelinhas e sua elaboração deverá ser apresentada podendo incluir gráficos, planilhas, quadros, desenhos, fluxogramas e fotografias no formato A4. Deverão ser objetivas e consistentes e conter informações e documentos com base no detalhamento estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico (critério pontuação proposta técnica) com a seguinte disposição:

14.1.1.1. **Índice**, contendo o título de cada capítulo e o número da respectiva página;

14.1.1.2. **Apresentação da Proposta**, com o nome da empresa, o objeto da proposta, o número do edital e outras informações relevantes para a apresentação da Proposta Técnica.

14.1.1.3. **Corpo da Proposta**, onde deverão ser expostos:

14.1.1.4. **Conhecimento do Problema**: Deverá ser demonstrado o conhecimento, por parte da licitante, do(s) trecho(s) e da(s) região(ões) onde está(ão) inserido(s), abordando os aspectos inter-relacionados entre ambos, além de análise das soluções técnicas previstas.

14.1.1.5. **Plano de Trabalho**: Deverá ser demonstrado conhecimento dos objetivos deste Projeto Básico de engenharia, dos dados existentes e do conhecimento do problema, expostos de forma resumida, analisando-se os aspectos executivos relevantes a serem considerados.

14.1.1.6. **Capacidade Técnica da Proponente**: Deverá ser demonstrado a experiência comprovada da empresa, com apresentação de atestados técnicos em nome da empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente anotados e certificados pelo CREA e/ou CAU, de modo a comprovar a execução dos serviços especificados para a presente contratação.

14.1.1.7. **Capacidade da Equipe Técnica**: Experiência profissional nas funções definidas adiante, serão comprovados através de Atestados Técnicos devidamente registrados nas entidades profissionais respectivas.

14.1.2. Cumpre salientar que a Proposta Técnica deve ser apresentada em um único arquivo, no formato PDF, na qual devem estar contemplados todos os itens citados anteriormente, sendo estes: índice, apresentação da proposta e corpo da proposta contendo: Conhecimento do Problema, Plano de Trabalho, Capacidade Técnica da Proponente, Capacidade da Equipe Técnica e Desempenho da Licitante em Contratações Anteriores.

14.1.3. Não serão aceitas propostas de projeto de engenharia de soluções técnicas inferiores àquelas descritas neste Projeto Básico de engenharia e Notas Técnicas.

14.1.4. As propostas serão analisadas pelo corpo técnico do DER-RO, que poderá, justificadamente, recusar a solução proposta, solicitar adequações/correções ou aceitar as soluções.

14.1.5. A aceitação ou aprovação pelo DER/RO dos projetos de engenharia apresentados não exclui a responsabilidade da contratada pelas falhas ou omissões nos projetos de engenharia, não sendo possível o pleito de aditivos decorrentes de falhas ou omissões nos projetos.

14.1.6. Os subcritérios de aceitabilidade estão contidos neste Projeto Básico de engenharia, parte integrante do Edital de Licitação.

14.2. **DA PROPOSTA DE PREÇO**

14.2.1. A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Projeto Básico de engenharia e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

14.2.1.1. Na elaboração das propostas de preços é necessário que os licitantes apresentem o valor global no **mês-base do orçamento – JULHO/2025**, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena Execução do objeto da licitação, atendendo aos seguintes itens: Quadro Resumo de Preços, Planilha de Preços Unitários por Item de Serviço, Composições de Preços Unitários e Cronograma Físico-Financeiro.

14.2.1.2. O valor estimado para a contratação foi calculado utilizando-se a Tabela de Preços de Consultoria DNIT, bem como tomando como base os orçamentos anteriores já licitados por este Departamento.

14.2.1.3. As empresas participantes deverão apresentar as propostas de preços com a composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, incidente no valor global.

14.2.1.4. No orçamento de referência foi considerada a seguinte taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI): 45,11% (quarenta e cinco vírgula onze por cento), conforme Anexo BDI - Tabela de preços de Consultoria (0064268222).

14.2.1.5. Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

14.2.1.6. É necessário que o licitante apresente também o Cronograma Físico-Financeiro na forma do que é apresentado e na Planilha Orçamentária anexa a este processo, podendo ser alterado mediante aprovação da fiscalização do contrato.

14.2.1.7. Os pagamentos dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela contratante.

14.2.1.8. A proposta, que compreende a descrição do material e/ou serviços ofertados pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Edital e seus anexos.

14.2.1.9. O prazo de validade e garantia da proposta será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

14.2.1.10. Em consonância com o § 6º do Art. 23 disposto na Lei 14.133/2021, será exigido dos licitantes, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético disponibilizado por este DER-RO.

14.2.1.11. A licitante não poderá cotar e colocar preços superiores aos estabelecidos pelo DER-RO e/ou pelo SICRO, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total do serviço.

14.2.1.12. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

14.2.1.13. Serão exigidas todas as composições de custos unitários. A licitante fica obrigada a seguir os parâmetros de composição do SICRO.

14.2.1.14. A licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada (art. 9º da IS DG nº 12/2010 de 28 de julho de 2010).

14.2.1.15. Indicar em sua proposta de Preços - CNPJ e os dados Bancários (Banco, agência e conta corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

14.2.1.16. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no Edital.

14.2.1.17. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.

#### 14.3. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 14.3.1. As empresas deverão apresentar nas propostas, a composição detalhada de formação da Bonificação e Despesas Indiretas – BDI.
- 14.3.2. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.
- 14.3.3. Nos preços unitários deverão estar incluídos a mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, transporte em geral, encargos e eventuais necessários à execução do serviço.
- 14.3.4. Referência de Preços: Sistema de Custos Referenciais (SICRO) Rondônia, **mês base de julho/2025, de acordo com a tabela de consultoria.**
- 14.3.5. Os tributos IRPJ e CSLL não deverão integrar o cálculo do BDI, nem tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassado à contratante.
- 14.3.6. É de inteira responsabilidade da licitante obter informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas a fornecimento nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.
- 14.3.7. O licitante que apresentar a proposta mais vantajosa deverá reelaborar e apresentar à comissão, no prazo previsto no Edital, o Cronograma Físico-Financeiro de acordo com os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, respectivamente.

#### 14.4. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

- 14.4.1. O critério de aceitabilidade de preços será a compatibilidade do valor apresentado para a contratação com o valor apresentado pelas licitantes.
- 14.4.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO e anexos deste Termo de Referência/Projeto Básico, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).
- 14.4.3. Todos os custos com mobilização e desmobilização de equipamentos necessários, deslocamento para as vistorias *in loco* e a emissão de ART-CREA dos serviços, serão de responsabilidade da Contratada e deverão estar inclusos na proposta de preço.
- 14.4.4. Na proposta de preços a ser apresentada, deverão constar o preço unitário em algarismos arábicos. Preço Total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente nacional. Nele deverão estar incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer.
- 14.4.5. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação.
- 14.4.6. Em acordo com o Art. 28 da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 2, de 7 de fevereiro de 2023, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Nesta hipótese, o agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, em atenção ao disposto no § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 14.5. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO

- 14.5.1. A análise da pontuação deverá ser executado conforme consta no Artigo 37 da Lei 14.133/2021, a saber:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

- I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;
  - II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;
  - III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o [§ 3º do art. 88 desta Lei](#) e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- Art. 27. O exame de conformidade das propostas de técnica observará as regras e as condições de ponderação e de valoração previstas em edital, que considerarão, no mínimo, os seguintes quesitos:
- I - a verificação da capacitação e da experiência do licitante, por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;
  - II - o atendimento a preceitos de desenvolvimento sustentável;
  - III - a quantidade e a qualidade dos recursos financeiros, tecnológicos ou humanos que o licitante se compromete a alocar para a execução do contrato; e
  - IV - a metodologia de execução e a tradição técnica do licitante.

14.5.2. Em acordo com o Art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 2, de 7 de fevereiro de 2023, os quesitos de natureza qualitativa da proposta de técnica serão analisados por banca, composta de, no mínimo, 3 (três) membros, que preencham os seguintes requisitos:

- I - servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública; ou
- II - profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.3. A ponderação para resultado da pontuação se dará conforme disposto no §2º do Artigo 36 da Lei 14.133/21, in verbis:

"Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.  
[...]  
§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica."

14.5.4. **Neste sentido, será adotada a proporção de 70% para a proposta técnica e 30% para a proposta de preço.**

14.5.5. Quando do julgamento das propostas, será designada a banca avaliadora nomeada através de portaria, para avaliação das pontuações em conformidade com o artigo 37 da lei n. 14.133/21.

14.5.6. A banca para atribuição de notas deverá ser formada por no mínimo 3 membros, em consonância com os termos do art. 37 da Lei 14.133, devendo ser composta por servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública ou profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º da referida Lei.

#### 14.6. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO TOTAL DA PROPOSTA TÉCNICA

14.6.1. Na ponderação e valoração da proposta de técnica será considerado o disposto no Artigo 37 da Lei nº 14.133/2021 e Artigos 13 e 27 da Instrução Normativa SEGES nº 02/2023.

14.6.2. A Habilitação Técnica será avaliada através dos itens que demonstrem a capacidade da licitante em desenvolver os serviços objeto do Edital (Conhecimento dos Serviços a Realizar e Plano de Trabalho), os quais serão pontuados segundo os critérios de pontuação definidos nas seções a seguir.

14.6.3. Os textos constantes dos tópicos deverão ser apresentados de forma objetiva, e deverão estar padronizados de acordo com a especificação de documentos técnicos da ABNT.

Tabela - Pontuação da Proposta Técnica

PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA			
REQUISITOS		NOTA MÁX. (PONTOS)	TOTAIS
Conhecimento do Objeto e Programa de Trabalho	Conhecimento do Objeto	15,00	30,00
	Plano de Trabalho	15,00	
Capacidade Técnica da Proponente e Equipe Principal	Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto ou de Projeto de Recuperação/Reforço de Ponte de Concreto	30,00	60,00
	Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto ou de Projeto de Recuperação/Reforço de Ponte de Concreto	30,00	
Atribuição de notas por desempenho em contratações anteriores	Valor executado comprovado através do PNCP	10,00	10,00
TOTAL MÁXIMO		100,00	100,00

#### 14.6.4. CONHECIMENTO DO OBJETO E PROGRAMA DE TRABALHO - VALOR MÁXIMO = 30,00 PONTOS:

14.6.4.1. A avaliação dos itens será procedida a partir de quesitos técnicos em cinco níveis de abordagem, a saber:

- Os textos constantes dos tópicos deverão ser apresentados de forma clara e objetiva, com coerência, no formato A4, fonte Arial 11, espaço simples entre linhas e 6 (seis) pontos entre parágrafos e no máximo 80 (oitenta) páginas, podendo incluir gráficos, planilhas, quadros, desenhos, fluxogramas e fotografias no formato A4 ou A3. As páginas deverão apresentar as margens padronizadas de acordo com a especificação de documentos técnicos da ABNT.
- Cumprir ressaltar que caso a proposta apresentada ultrapasse o número de páginas previamente estabelecido, será descontado 1 (um) ponto a cada página que se encontrar acima do limite de 80 (oitenta) páginas.
- Os tópicos a serem abordados na proposta técnica são:

#### 14.6.5. CONHECIMENTO DO OBJETO - VALOR MÁXIMO = 15,00 PONTOS:

14.6.5.1. **Aspectos gerais das estruturas existentes e das regiões:** deverá ser apresentado uma descrição sucinta das regiões atravessadas pela ponte citando as localizações dos trechos, extensões, identificações dos pontos de passagem, condições de trafegabilidade, pontos críticos, as localidades atendidas e as infraestruturas existentes. Descrição da ponte existente como um todo. **Máximo 5,00 pontos.**

14.6.5.2. A avaliação do item será procedida a partir de quesitos técnicos, em cinco níveis de abordagem:

- NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. **(0 pontos).**
- INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado **(1 Ponto).**
- REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza **(2 Pontos).**
- BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo **(4 Pontos).**



e) **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas (**5 Pontos**).

14.6.6. **Aspectos de drenagem:** Deverá ser realizada uma análise preliminar das condições de drenagem do trecho em estudo, considerando o comportamento hidrológico da bacia do rio São José e de seus afluentes. A descrição deve contemplar a identificação dos dispositivos de drenagem existentes (bueiros, galerias, valetas e sarjetas), seu estado de conservação, a capacidade de escoamento e eventuais deficiências. É fundamental abordar o risco de erosões, assoreamentos ou alagamentos que possam comprometer a trafegabilidade e a segurança da obra. Também deve ser avaliado o impacto da duplicação ou da nova estrutura sobre o regime de escoamento das águas superficiais. **Máximo 4,00 pontos.**

14.6.7. A avaliação do item será procedida a partir de quesitos técnicos, em cinco níveis de abordagem:

a) **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. (**0 pontos**).

b) **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado (**1 Ponto**).

c) **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza (**2 Pontos**).

d) **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo (**3 Pontos**).

e) **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas (**4 Pontos**).

14.6.8. **Aspectos Geotécnicos e estruturais:** A proposta técnica deverá incluir uma apreciação preliminar das condições geotécnicas locais, considerando o tipo de solo predominante, capacidade de suporte, estabilidade de taludes e a suscetibilidade a processos erosivos ou de instabilidade. Devem ser analisados, ainda, os aspectos estruturais das pontes existentes, incluindo materiais utilizados, grau de deterioração, estado de fundações, pilares, apoios, tabuleiros e dispositivos de segurança, patologias verificadas. **Máximo 3,00 pontos.**

14.6.9. A avaliação do item será procedida a partir de quesitos técnicos, em quatro níveis de abordagem:

a) **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. (**0 pontos**).

b) **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado (**1 Ponto**).

c) **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza (**2 Pontos**).

d) **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo (**2,5 Pontos**).

e) **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas (**3 Pontos**).

14.6.10. **Aspectos ambientais:** A avaliação deverá apresentar os principais aspectos ambientais relacionados à área de influência direta e indireta da intervenção sobre o rio São José. Deve-se identificar a presença de Áreas de Preservação Permanente (APPs), cursos d'água adjacentes, fauna e flora local, bem como eventuais conflitos socioambientais. Também devem ser observadas as necessidades de obtenção de licenças ambientais, medidas de controle de impactos durante as obras (como contenção de sedimentos, manejo de resíduos, controle de poluição sonora e atmosférica) e possíveis condicionantes impostas pelos órgãos ambientais. Além disso,

deverão ser consideradas alternativas que promovam a sustentabilidade da obra, reduzindo impactos negativos e garantindo a integração da ponte ao meio ambiente local. **Máximo 3,00 pontos.**

14.6.11. A avaliação do item será procedida a partir de quesitos técnicos, em cinco níveis de abordagem:

- a) **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. **(0 pontos)**.
- b) **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado **(1 Ponto)**.
- c) **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza **(2 Pontos)**.
- d) **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo **(2,5 Pontos)**.
- e) **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas **(3 Pontos)**.

14.7. **PLANO DE TRABALHO - VALOR MÁXIMO = 15,00 PONTOS:**

14.7.1. Com pontuação máximo de **15 (quinze) pontos**, será avaliado atribuindo-se pontuação à LICITANTE, conforme critério abaixo, de acordo com a Tabela 3 (Critério Pontuação da Proposta Técnica).

14.7.2. Os tópicos a serem abordados na proposta técnica *item - Plano de Trabalho* são:

14.7.3. **Metodologia:** A metodologia a ser apresentada deverá descrever, de forma clara e objetiva, os procedimentos e etapas que serão adotados para a execução dos serviços, abrangendo desde a elaboração do estudo de viabilidade até a entrega do projeto básico e executivo, bem como a análise de alternativas de recuperação e duplicação da ponte existente. Deverão ser explicitados os métodos de coleta e tratamento de dados, incluindo levantamentos topográficos, investigações geotécnicas, estudos hidrológicos e avaliações estruturais, indicando os recursos técnicos e tecnológicos que serão empregados. A metodologia deverá evidenciar a aplicação de normas técnicas atualizadas, bem como a observância das boas práticas de engenharia, assegurando a qualidade dos produtos a serem entregues. É igualmente importante que a descrição metodológica demonstre a integração entre os aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais, garantindo que a solução proposta seja eficiente, sustentável e adequada à realidade local. **Máximo 5,00 pontos.**

- a) **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. **(0 pontos)**.
- b) **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado **(1 Ponto)**.
- c) **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza **(2 Pontos)**.
- d) **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo **(4 Pontos)**.
- e) **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas **(5 Pontos)**.

14.7.4. **Cronograma para execução dos serviços:** O cronograma de execução dos serviços deverá ser estruturado de forma a refletir todas as etapas previstas no termo de referência/Projeto Básico, apresentando prazos realistas e compatíveis com a complexidade de cada atividade. Nele deverão constar as fases de levantamento de dados, análises preliminares, elaboração dos estudos, desenvolvimento dos projetos e entrega dos produtos finais, sempre respeitando a sequência lógica e a

interdependência entre as etapas. O cronograma deverá possibilitar à Administração o acompanhamento adequado da execução, permitindo a fiscalização do cumprimento das metas intermediárias e finais. A clareza e o detalhamento do cronograma constituem elementos essenciais para garantir a viabilidade da proposta técnica. **Máximo 4,00 pontos.**

- a) **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. **(0 pontos).**
- b) **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado **(1 Ponto).**
- c) **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza **(2 Pontos).**
- d) **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo **(3 Pontos).**
- e) **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas **(4 Pontos).**

14.7.5. **Utilização da equipe por serviço:** A utilização da equipe deverá ser descrita de forma a evidenciar a composição multidisciplinar necessária à execução dos serviços, contemplando profissionais das áreas de engenharia estrutural, geotécnica, hidrologia, meio ambiente e topografia. A proposta deverá indicar os responsáveis técnicos por cada etapa, detalhando suas atribuições, qualificações e experiências anteriores em atividades similares. Deverá ainda ser especificada a carga horária prevista para cada profissional e sua distribuição ao longo das fases de execução, assegurando compatibilidade entre as demandas do contrato e a disponibilidade da equipe. Dessa forma, a proposta técnica deverá demonstrar que dispõe de recursos humanos qualificados e adequadamente dimensionados para atender às necessidades do objeto contratado. **Máximo 3,00 pontos.**

- a) **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. **(0 pontos).**
- b) **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado **(1 Ponto).**
- c) **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza **(2 Pontos).**
- d) **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo **(2,5 Pontos).**
- e) **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas **(3 Pontos).**

14.7.6. **Organização para a execução dos serviços:** A organização para a execução dos serviços deverá contemplar a estrutura administrativa e operacional a ser disponibilizada pela empresa, incluindo a definição clara dos mecanismos de coordenação, supervisão e controle interno. A proposta deverá indicar como será realizada a integração entre os diferentes profissionais da equipe, quais meios de comunicação e ferramentas de gestão serão utilizados, bem como os recursos logísticos e tecnológicos que darão suporte à execução das atividades. Além disso, deverão ser descritos os instrumentos de controle de qualidade a serem adotados, com vistas a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, a conformidade técnica dos produtos entregues e a mitigação de eventuais riscos. A adequada organização será considerada elemento fundamental para demonstrar a capacidade da licitante em garantir eficiência e qualidade na execução do contrato. **Máximo 3,00 pontos.**

- a) **NÃO ABORDADO/ERRONEAMENTE ABORDADO:** O texto não aborda o tema indicado; o texto e as informações não correspondem ao objeto da proposta; texto e informações contraditórios, erros graves na abordagem dos temas. **(0 pontos).**

- b) **INSUFICIENTE:** Texto e informações incompletas; tópicos do problema/objeto não abordado, conjunto de informações insuficientes para compreensão completa do tema abordado (**1 Ponto**).
- c) **REGULAR:** Texto com informações mínimas, para compreensão do tema abordado; abrangência restrita de abordagem comparativamente; pouca objetividade e clareza (**2 Pontos**).
- d) **BOM:** Texto com informações completas sobre o tema coerente, claro e objetivo (**2,5 Pontos**).
- e) **SATISFATÓRIO/ EXCELENTE:** Texto com informações completas sobre o tema, coerente, claro, objetivo e inovador, excelente padrão de apresentação pela clareza e domínio dos temas (**3 Pontos**).

14.7.7. Em resumo, a pontuação a ser adotada para a proposta técnica, terá como base o conteúdo exposto na Tabela abaixo:

Tabela - Pontuação da proposta técnica

	Requisitos	Pontos
1.0	Conhecimento do trecho	15,00
1.1	Aspectos gerais das estruturas existentes e da região	5,00
1.2	Aspectos de drenagem	4,00
1.3	Aspectos geotécnicos e estruturais	3,00
1.4	Aspectos ambientais	3,00
2.0	Plano de trabalho	15,00
2.1	Metodologia	5,00
2.2	Cronograma para execução dos serviços	4,00
2.3	Utilização da equipe por serviço	3,00
2.4	Organização para execução dos serviços	3,00

#### 14.8. CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE E EQUIPE PRINCIPAL - VALOR MÁXIMO = 60,00 PONTOS

14.8.1. **Referente a Experiência da Licitante - Valor máximo = 30,00 pontos:** Deverá ser demonstrada a experiência comprovada da empresa por meio da apresentação de atestados técnicos em nome da empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente anotados e certificados pelo CREA, de modo a comprovar a execução dos serviços elaboração Projetos em Obras de Artes Especiais.

14.8.2. A pontuação a ser adotada por número de atestados de projetos similares já realizados pela empresa terá como base o conteúdo exposto na Tabela abaixo:

Tabela - Experiência da Licitante

Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto	Pontos
1 (um) atestado de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto ou de Projeto de Recuperação/Reforço de Ponte de Concreto	10,00
2 (dois) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto ou de Projeto de Recuperação/Reforço de Ponte de Concreto	20,00

3 (três) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto ou de Projeto de Recuperação/Reforço de Ponte de Concreto	30,00
--	-------

14.8.3. **Qualificação da Equipe Técnica - Valor máximo = 30,00 pontos:** Deverá ser demonstrada a experiência profissional nas funções definidas no quadro abaixo, as quais serão comprovados através de Atestados Técnicos devidamente registrados nas entidades profissionais respectivas.

14.8.4. A pontuação a ser adotada por número de atestados de projetos similares já realizados pelo profissional terá como base o conteúdo exposto na Tabela abaixo:

Tabela - Experiência do Profissional

Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto	Pontos
1 (um) atestado de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto ou de Projeto de Recuperação/Reforço de Ponte de Concreto	10,00
2 (dois) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto ou de Projeto de Recuperação/Reforço de Ponte de Concreto	20,00
3 (três) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto ou de Projeto de Recuperação/Reforço de Ponte de Concreto	30,00

14.8.5. A empresa deverá apresentar somente o número de atestados exigidos e suficientes para a comprovação e destacar/grifar os itens que comprovarão as exigências.

14.8.6. Os atestados serão considerados pela ordem de apresentação.

14.8.7. A EQUIPE TÉCNICA compreende também a apresentação da relação nominal dos profissionais de nível superior e médio a serem alocados aos trabalhos, com seus respectivos currículos e a indicação das funções que lhes serão atribuídas na equipe e que não serão pontuados.

14.9. **ATRIBUIÇÃO DE NOTAS POR DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS:**

14.9.1. Para a atribuição de notas neste quesito serão levadas em considerações as informações constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado pela Lei 14.133/2021 nos seus artigos 37 item III e 88 §3º.

14.9.2. A licitante terá uma atribuição de pontos para este requisito nos seguintes critérios:

14.9.3. Será considerado o valor acumulado dos serviços de engenharia referentes à elaboração de projetos já executados pela empresa licitante, desde que no mesmo CNPJ, ou comprovação de que a empresa em questão fora integrada à matriz, devendo ser apresentado os links com a descrição que guiem até a obra presente no PNCP, a fim de serem verificados pela comissão instituída para análise da documentação apresentada na fase de habilitação. A pontuação a ser adotada para a proposta técnica, terá como base o conteúdo exposto na Tabela abaixo:

Tabela - Atribuição de Notas por desempenho em contratações anteriores

Valor executado comprovado através do PNCP	Pontos (Tipo A)
> R\$1.000.000,00	10,00
≥ R\$ 500.000 e < R\$1.000.000,00	5,00
≥ R\$250.000,00 e < R\$500.000,00	3,00
< R\$250.000,00	0,00

14.9.4. Serão considerados os serviços apresentados análogos ao objeto desta contratação, através do campo de informação "Valor Global Contratado".

14.9.5. Caso a empresa licitante não tenha nenhuma obra cadastrada no PNCP, ou valor global executado de obras ou serviços inferior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) será atribuída uma nota 0(zero) para este quesito, não ficando a mesma desclassificada, haja vista que tal portal instituído pela lei 14.133/2021 ainda está em fase inicial de implantação, tendo em vista que fora estabelecido em 2021, e de uma perspectiva de contratações, já existem contratações desde 1992 sem o PNCP (com a lei 8.666/1992).

#### 14.10. **PONTUAÇÃO TÉCNICA**

14.10.1. A **PT (Pontuação Técnica)** será de no máximo **100 pontos** e será a soma das seguintes pontuações:

- a) Capacidade Técnica da Proponente e Equipe Principal - Valor Máximo = **60,00 PONTOS**
- b) Conhecimento do Objeto e Programa de Trabalho - Valor Máximo = **30,00 PONTOS**
- c) Atribuição de notas por desempenho em contratações anteriores - Valor Máximo = **10,00 PONTOS**

#### 14.11. **CRITÉRIO PONTUAÇÃO PARA PROPOSTA DE PREÇO**

14.11.1. Para o cálculo da NP (nota de preço) deverá ser seguido a [IN SEGES/MGI, de 02 de Fevereiro de 2023](#), do Ministério da Economia, cujo procedimento de ponderação e valoração das propostas de preços deve ser realizado conforme o parâmetro matemático discriminado abaixo:

$$\mathbf{NP = 100 \times (X1 / X2)}$$

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

14.11.2. O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e da Proposta de Preços, observando a seguinte fórmula:

$$\text{PTF} = (7 \times \text{PT}) / 10$$

$$\text{NPF} = (3 \times \text{NP}) / 10$$

$$\mathbf{NF = PTF + NPF}$$

PT = Pontuação Técnica.

NP = Nota de Preço.

PTF = Pontuação técnica final.

NPF = Nota de preço final.

NF = Nota final da proposta.

14.11.3. No entanto cumpre salientar que, para a determinação das pontuações finais, serão adotados os seguintes passos:

- a) Inicialmente, serão consideradas os valores truncados com quatro casas decimais para a PT e NP.
- b) Serão aplicadas as fórmulas descritas anteriormente para a determinação da PTF e da NPF.
- c) Os resultados de PTF e de NPF, por sua vez serão truncados novamente, no entanto, desta vez serão considerados apenas os valores até a casa dos centésimos (duas casas decimais).

d) Em seguida, a determinação da NF, por fim, será dada pelo somatório da PTF e da NPF.

e) Por exemplo, caso a PT seja de 95,5379483 e a NP seja 88,4572392, após o truncamento, deverão ser considerados os valores de 95,5379 para a PT e 88,4572 para a NP. Em seguida, será realizado o cálculo para a determinação da PTF, resultando em 66,87653, e o cálculo para a determinação da NPF, resultando em 26,53716. Deste modo, após a aplicação do truncamento para que sejam consideradas apenas duas casas decimais, serão considerados os valores de 66,87 para PTF e 26,53 para NPF. Por fim, será realizado o somatório de ambas as notas, resultando em uma NF 93,40.

14.11.4. A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

14.11.5. Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados.

14.11.6. Fora designada a banca avaliadora nomeada através de Portaria (0066078700), para avaliação das pontuações em conformidade com o artigo 37 da lei n. 14.133/21.

## 15. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

15.1. A licitante interessada poderá visitar os locais de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para elaboração de sua proposta.

15.2. A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro do DER/RO, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do Artigo 62, da Lei n.º 14.133/21.

15.3. A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até a abertura da Proposta de Preço.

15.4. Quaisquer informação em relação à visita poderá ser obtida junto a Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO em Porto Velho/RO.

15.5. Horário de atendimento da Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO ao Público: de 07:30h às 13:30h, através do E-mail: cppo@der.ro.gov.br – Edifício Rio Jamarý - Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470.

15.6. Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução do serviço, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, conforme modelo de Declaração de conhecimento do local dos serviços (0058792775), podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

15.7. A empresa licitante, ao seu critério, poderá declinar da visita apenas se apresentar declaração formal, conforme modelo de Declaração de responsabilidade pela não realização da visita (0064823285), assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

15.8. A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

15.9. Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, a declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento ou não apresentarem o atestado de visita técnica emitido na ocasião da visita;

16. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

16.1. **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:** O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**.

16.2. **Modalidade:** Concorrência sob forma eletrônica

16.3. **Critério de julgamento:** Técnica e Preço.

16.3.1. Justificativa da escolha do critério de julgamento - Considerando que trata-se de uma contratação cujo critério de julgamento é técnica e preço, de acordo com os Artigos 36, 37 e 38 da Lei 14.133/21, os quais versam:

"Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

[...]

§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.

[...]

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

[...]

Art. 38. No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente."

16.3.2. Por se tratar de um objeto complexo, de serviço e obra de natureza intelectual, que envolve na necessidade de elaboração de projetos básico e executivo e demais execuções necessárias, como sinalização, foi adotado como critério de julgamento a técnica e preço para avaliação da proposta mais vantajosa.

16.3.3. Conforme preconizado no Despacho DER/GOA (0064197977), as exigências de qualificação técnica e os critérios de julgamento das propostas foram definidos de maneira proporcional à complexidade do objeto e fundamentados em precedentes do Tribunal de Contas da União. O intuito é assegurar que apenas empresas com experiência comprovada em serviços similares participem do certame, garantindo a qualidade e a segurança do resultado final. Os critérios de pontuação privilegiam propostas que demonstrem maior conhecimento técnico, experiência e capacidade de execução, em consonância com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

16.4. **Modo de disputa:** Desta forma, o modo de disputa da licitação em planejamento será o **FECHADO**.

16.5. **Regime de Execução:** O regime de execução adotado será por **PREÇO GLOBAL**, onde as medições e pagamento estarão associados à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado.

16.5.1. Justificativa do regime de execução adotado, O regime de execução adotado será o de **Empreitada por preço global**, uma vez que este se enquadra no Artigo 6º, inciso XXIX da Lei 14.133/21, o qual dispõe que no regime de empreitada por preço global a contratação da execução da obra ou do serviço é realizada por preço certo e total.



16.5.2. Ainda, conforme preconizado no Despacho DER/GOA (0064197977), considerando a natureza do objeto, que envolve a elaboração de estudos de viabilidade, projetos básicos e executivos de engenharia, entende-se que o regime de empreitada por preço global se mostra o mais adequado, uma vez que possibilita maior previsibilidade orçamentária e minimiza a ocorrência de aditivos contratuais decorrentes de variações de quantitativos. Nesse tipo de contratação, o contratado assume a responsabilidade pela entrega integral dos produtos definidos no termo de referência, mediante preço certo e total, o que proporciona à Administração maior segurança quanto ao custo final da contratação. Ademais, por se tratar de serviço intelectual e técnico especializado, cuja mensuração se dá pelo resultado entregue (estudos e projetos completos), e não por medições físicas de unidades executadas, o regime de preço global é o que melhor se ajusta ao objeto em questão, atendendo ao princípio da eficiência e garantindo a economicidade da contratação.

16.5.3. Reforça-se: O regime de execução escolhido é a empreitada por preço global, considerando que o objeto do presente certame consiste na elaboração de estudos e projetos completos de engenharia para obra de arte especial. Trata-se de atividades cuja execução demanda equipe multidisciplinar especializada, mas que resultam em produtos técnicos únicos e indivisíveis, não havendo justificativa para fracionamento ou execução por etapas autônomas. Assim, a adoção do regime de empreitada por preço global confere maior clareza contratual, assegura a integralidade do objeto e a compatibilidade entre as diversas disciplinas técnicas, além de evitar sobreposições de responsabilidades. Esse regime, portanto, mostra-se o mais adequado à complexidade e à natureza dos serviços, em conformidade com o art. 46 da Lei nº 14.133/2021, que recomenda a seleção do regime em função do objeto específico.

16.5.4. O Acórdão TCU nº 1.978/2013 – Plenário infere que o regime de empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados. A adoção deste tipo de regime, de acordo com o Manual do ordenador de despesas, publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, oferece vantagens no que diz respeito;

- I - Simplicidade nas medições, realizadas por etapa concluída;
- II - Menor custo para a Administração Pública na fiscalização do serviço;
- III - Valor final do contrato é, em princípio, fixo;
- IV - Restringe os pleitos do construtor e a assinatura de aditivo;
- V - Dificulta o jogo de planilha;
- VI - Incentiva o cumprimento de prazo, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa

## 17. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:**

17.1. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 62, incisos I ao IV, da Lei 14.133/21, devendo ser observada as seguintes disposições:

### 17.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores dos seus administradores;

- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.
- f) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

### 17.3. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

### 17.4. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

- a) **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.
- b) **Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
  - b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);
    - b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1 \end{aligned}$$

- b.2) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Justifica-se que as exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

c) Em se tratando de Consórcio, para o caso de comprovação do patrimônio líquido, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) em relação aos valores exigidos para a LICITANTE individual.

Justifica-se que as exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

## 17.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.5.1. **Certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da empresa a ser contratada e registro dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.**

17.5.2. Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa a ser contratada em serviços similares e compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação, conforme Art. 67, II da Lei Federal nº 14.133/21;

17.5.3. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), atestando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

17.5.4. A comprovação da qualificação técnica deverá apresentar uma maior relevância, nos serviços de **Elaboração de Projeto Básico de Engenharia e o Executivo de Engenharia de Ponte em Concreto Estrutural ou Projeto de Recuperação e duplicação de estrutura existente**, compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação.

17.5.5. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos na entidade profissional competente do Estado de Rondônia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato;

17.5.6. A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devendo a licitante declarar a disponibilidade de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico- profissional e técnico-operacional.

17.5.7. Durante todo o período de execução do objeto, ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

## 17.6. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

17.6.1. Capacidade Operacional – Portanto, a empresa a ser contratada (pessoa jurídica) deve ter experiência na elaboração de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa, compatíveis com o objeto da licitação, A quantidade exigida está disposta no quadro a seguir:

## Quadro - Quantidade exigida do total estimado da contratação

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL		
SERVIÇO	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	QUANTIDADE (*)
	Elaboração de Projeto Básico de engenharia e Projeto Executivo de Engenharia de Ponte em Concreto Estrutural ou Projeto de Recuperação e duplicação de estrutura existente	153,00 m <sup>2</sup>
*As quantidades exigidas correspondem aproximadamente a 50% dos quantitativos da obra licitada.		

17.6.2. A elaboração deste quadro de quantidades foi realizada considerando que a ponte a ser projetada terá dimensões aproximadas de: 10,20 m de largura e 30,00 m de extensão - conforme Ficha de inspeção (0043282800) , totalizando 306,00 m<sup>2</sup>, dos quais 50% do quantitativo corresponde a 153,00 m<sup>2</sup>.

17.6.3. Conforme critério técnico adotado, com vistas a melhor caracterizar o objeto que está sendo contratado e perfazer a prioridade de contratação de empresa que detenha conhecimento e experiência prévia em objetos que contenham elementos técnicos similares ao que se pretende contratar com este Estudo Técnico. Ante o exposto, de modo a prezar pela qualidade e o nível de satisfação que o projeto deva atender em relação às suas especificações, requisitos e adequação ao uso, fora utilizado como requisito técnico a exigência de atestados com quantidades de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o parágrafo § 1º. Vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

17.6.4. **Aqui cabe esclarecimento:**

a) No caso específico da elaboração dos projetos de uma ponte, não é viável destacar uma parcela específica do projeto como a mais relevante ou de maior valor. Isso ocorre porque todos os componentes do projeto têm importância igual, dado que são interdependentes para garantir a viabilidade e a qualidade da obra.

b) Portanto, conforme o § 2º do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação de capacidade técnica pode abranger até 50% do total do projeto, sem restrições de tempo ou local, como permitido pelo § 1º. Essa abordagem assegura que todos os licitantes estejam em condições iguais, ao mesmo tempo que garante que a empresa contratada tenha a experiência necessária para a execução completa do projeto.

c) **Conclusão:** A exigência de atestados de capacidade técnica para 50% do objeto contratual está em conformidade com os princípios da legalidade e da isonomia, atendendo adequadamente às necessidades da Administração Pública e garantindo a qualidade do trabalho a ser realizado.

17.6.5. A qualificação técnica das empresas participantes da presente licitação é uma exigência imprescindível para assegurar que os licitantes possuam a competência necessária para executar os serviços de acordo com os padrões de qualidade, eficiência e segurança exigidos pela Administração Pública. A exigência de qualificação técnica visa garantir que as empresas tenham experiência prévia em serviços semelhantes ao objeto da licitação, com a finalidade de minimizar riscos e assegurar a execução do contrato de forma satisfatória.

17.6.6. As razões para a exigência de qualificação técnica incluem:

1. **Garantia da Capacidade Técnica:** A qualificação técnica permite que a Administração tenha a certeza de que os licitantes possuem a experiência e os conhecimentos adequados para realizar o objeto da licitação, o que é fundamental para a boa execução do projeto, evitando falhas ou necessidade de correções durante a execução. A experiência prévia também ajuda a garantir que os profissionais envolvidos estejam preparados para enfrentar desafios técnicos durante a execução do contrato.
2. **Prevenção de Riscos:** A exigência de qualificação técnica contribui para a seleção de empresas que têm um histórico comprovado de entrega de projetos semelhantes, o que reduz o risco de atrasos, defeitos ou não conformidades, evitando custos adicionais e prejuízos para a Administração.
3. **Eficiência e Qualidade:** A qualificação técnica assegura que as empresas possuam a capacidade de executar o projeto conforme os critérios de qualidade exigidos pela Administração. Isso inclui o cumprimento de normas técnicas, padrões de segurança e atendimento a requisitos ambientais e de sustentabilidade, fundamentais

para garantir o sucesso do projeto.

4. **Competitividade e Transparência:** Ao exigir a qualificação técnica, a Administração assegura que as empresas que participem da licitação atendam aos requisitos mínimos para garantir uma competição justa e transparente. Isso também permite uma avaliação objetiva das propostas, priorizando as empresas que demonstram a melhor qualificação técnica para o serviço a ser executado.

5. **Cumprimento de Requisitos Legais:** A exigência de qualificação técnica está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de comprovação de capacidade técnica em licitações, especialmente em contratações de maior complexidade ou que envolvam obras e serviços especializados.

17.6.7. Em razão desses fatores, a exigência de qualificação técnica é fundamental para assegurar a execução de serviços de qualidade, dentro dos prazos e custos estabelecidos, protegendo o interesse público e garantindo a eficiência na utilização dos recursos públicos.

17.6.8. Por fim, a qualificação técnica é uma medida de precaução, visando garantir que a Administração selecione empresas com real capacidade de execução do contrato, o que contribui diretamente para o sucesso da contratação e para a obtenção dos resultados esperados.

#### 17.7. CAPACIDADE PROFISSIONAL

17.7.1. A licitante deverá, obrigatoriamente, **comprovar a disponibilidade de profissionais de nível superior**, mediante declaração(ões) individual(is) do(s) profissional(is), e apresentar relação dos serviços executados por este profissional (is), constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços com as mesmas características do objeto:

17.7.2. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa a ser contratada, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.

17.7.3. Ter executado, a qualquer tempo pelo menos um serviço de Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Ponte em Concreto Estrutural.

17.7.4. O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA.

17.7.5. A licitante deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

17.7.6. A licitante deverá anexar a(s) declaração(ões) individual(is) do(s) profissional(is) apresentado(s), para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

17.7.7. A título de comprovação de experiência do técnico, deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Ditos atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e descrição dos serviços executados. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.

17.7.8. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima não será considerado pela Comissão de Licitação.

17.7.9. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal do serviço, deverá ser juntada à documentação:

I - Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;

II - Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;

III - Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

17.7.10. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

17.7.11. Conforme estabelecido no Art. 67, § 10 da Lei 14.133/21, em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

b) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

17.7.12. Na hipótese da ocorrência do item anterior, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

17.7.13. A licitante deverá anexar o Registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Profissional competente, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas.

17.7.14. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**17.8. CASO ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS, SERÁ EXIGIDA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

17.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

17.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

17.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

17.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

17.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

17.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

17.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

17.9. **QUANDO PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS,**

17.9.1. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

17.9.2. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, nos termos da Lei 14.133/2021, art. 15, §1º.

17.10. **OUTROS DOCUMENTOS**

- 17.10.0.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 17.10.0.2. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 17.10.0.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 17.10.0.4. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 17.10.0.5. Relação explícita e formal de disponibilidade das instalações e aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente licitação, ainda a qualificação de cada membro da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos de acordo com modelos em anexo.

18. **DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

18.1. O orçamento estimado para os **5 (cinco) meses** previstos para a execução e revisão do projeto encontra-se no Cronograma Físico-financeiro\_São José (0066443565) anexo ao processo. A empresa vencedora o usará como base para formulação de sua proposta.

18.2. No quadro abaixo contém as informações essenciais:

Quadro - Informações essenciais acerca da estimativa do valor da contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural ou de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte existente, incluindo Componentes ambientais, sobre o rio São José, RO-010, km 17,70, trecho: RO-473/BR-429, no município de Alvorada d' Oeste.	1,00	<b>R\$ 525.485,11 (quinhentos e vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e onze centavos)</b>	<b>R\$ 525.485,11 (quinhentos e vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e onze centavos)</b>

18.3. Quanto à elaboração do orçamento referente à presente contratação, cumpre salientar que O § 2º do Art. 23, por sua vez, estabelece que:

"§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de CustosReferenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;
- II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;
- III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento."

18.4. Em suma, cada custo envolvido no serviço aqui tratado e indicado na Planilha Orçamentária \_Referencial\_ São José (0066443142) fora calculado considerando o levantamento de quantitativos necessários de cada serviço bem como os preços unitários para cada serviço praticado pelo SICRO. Os custos, portanto, são justificados com base nos quantitativos de materiais, equipamentos e mão de obra necessários para cada serviço e nos preços destes determinados através do sistema referencial de preços SICRO.

18.5. **Condições Específicas para a Alternativa de Recuperação e Duplicação da Ponte Existente**

18.5.1. Caso a empresa licitante opte pela solução de **recuperação e duplicação da ponte existente**, será aplicado o seguinte ajuste no valor da planilha apresentada para execução dos serviços:

- a) **Estudos Hidrológicos:** Os custos relacionados à realização dos estudos hidrológicos necessários para o projeto serão **sustados** da planilha de preços, uma vez que não serão exigidos para a solução de recuperação e duplicação da estrutura existente.
- b) **Projeto Geométrico:** Será descontado cerca de **30%** do valor referente ao projeto geométrico da ponte, visto que a solução de recuperação e duplicação não demanda a elaboração de um novo projeto geométrico completo, mas sim adaptações do projeto já existente.
- c) **Sondagem e ensaios:** **Caso a empresa verifique a desnecessidade de algum ou de todos os furos de sondagem, ou ainda de determinados ensaios, os respectivos itens serão retirados da planilha de preços.**

18.5.2. Esses ajustes visam garantir que o valor final da contratação reflita adequadamente os serviços efetivamente necessários para a execução da alternativa escolhida, preservando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e atendendo ao princípio da economicidade.

19. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

Quadro - Dotação Orçamentária

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.782.2106.1515	451	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.754.0.00001 / 2.754.0.00001	11025	44.90.51

20. **CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

20.1. **Dos critérios de recebimento da medição**

20.1.1. Os serviços deverão ser executados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes nas peças técnicas referentes à execução dos objetos.



20.1.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

20.1.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem perfeitamente executados em sua totalidade, mediante aprovação da fiscalização.

20.1.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

20.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 20.2. **Medição dos Serviços**

20.2.1. Os serviços serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação.

20.2.2. As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

20.2.3. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.

20.2.4. Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.

20.2.5. No processo de medição deverá constar a alíquota de ISSQN adotada pelo Município de **Alvorada d' Oeste**.

20.2.6. Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

I - Primeira medição

a) Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;

b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;

c) Certidão negativa da Receita Federal;

d) Certidão da Dívida Ativa da União;

e) Certidão negativa do INSS;

f) Certidão negativa municipal;

g) Certidão de Regularidade do FGTS;

h) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

i) Guia e comprovante de pagamento GPS INSS (original / autenticada);

j) Guia e comprovante de pagamento GFIP INSS (original / autenticada);

k) Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;

l) Deverão ser apresentados os relatórios/resumos dos serviços executados, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.

m) Deverão apresentar o seguro-garantia (GARANTIA CONTRATUAL);

n) O Cronograma Físico, Financeiro e Curva "S" atualizados.

II - Segunda medição:

a) Recolhimento do ISSQN da Prefeitura;

- Constitui obrigação da Contratada, a partir da 2ª medição, apresentar planilha de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN, identificando o valor recebido na última nota referente ao pagamento de ISSQN através do BDI e apresentar o respectivo comprovante de recolhimento ao Município, informando ao final o saldo da diferença entre o valor pago e o que foi informado no BDI.

- A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN(ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

b) Certidão negativa da Fazenda Estadual;

c) Certidão negativa da Receita Federal;

d) Certidão da Dívida Ativa da União;

e) Certidão negativa do INSS;

f) Certidão negativa municipal;

g) Certidão de Regularidade do FGTS;

h) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

i) Guia e comprovante de pagamento GPS INSS (original / autenticada);

j) Guia e comprovante de pagamento GFIP INSS (original / autenticada);

k) Relação de empregados que trabalham diretamente na obra contratada.

l) Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;

m) Deverão ser apresentadas os comprovantes das execuções dos ensaios/controles tecnológicos e dos controles geométricos.

n) Deverão ser apresentados os relatórios/resumos dos serviços executados, contendo assinatura do técnico responsável pela obra da contratada e dos fiscais do DER/RO.

o) O Cronograma Físico, Financeiro e Curva "S" atualizados

### 20.3. Cronograma físico-financeiro e curva "S"

20.3.1. Antes do início de execução do objeto, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro além da curva "S" dos serviços.

20.3.2. Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais.

20.3.3. Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

20.3.3.1. Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, conforme modelo anexo deste projeto básico, de acordo com a Cronograma Físico-financeiro\_São José (0066443565), com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

20.3.3.2. Detalhar as atividades, conforme modelo anexo do Projeto Básico - com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.

20.3.3.3. Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.

20.3.3.4. O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.

20.3.3.5. Antes do início de cada serviço, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

20.3.3.6. Antes do início de cada serviço, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

20.3.3.7. O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

20.3.4. O cronograma deverá conter, além da previsão da extensão física mensal executada, a extensão acumulada efetivamente executada, permitindo um confronto entre o planejado e o realizado de cada serviço controlado.

20.3.5. Caso haja aditivos contratuais que alterem o escopo ou o prazo da obra deverá ser feita nova versão do cronograma, mantendo-se no relatório as versões anteriores, sempre numerados em ordem crescente.

20.3.6. Deverão ser consolidados os valores e percentuais, previstos e executados mensalmente e apresentados acumuladamente ao longo do período da obra.

20.3.7. A Curva “S” permite a análise gráfica da execução financeira da obra em um estudo comparativo entre o previsto e o executado, visualizando-se os desvios do projeto, sejam de custo ou prazo. O gráfico deverá construído a partir dos valores acumulados da previsão e da execução do desembolso, sendo os dados obtidos do cronograma financeiro.

21. **CONDIÇÕES DO PAGAMENTO:**

21.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

21.1.1. O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

21.1.2. A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

21.1.3. Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva

medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

21.1.4. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Concorrência Eletrônica e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

21.1.5. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

21.1.5.1. No caso de não cumprimento da certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa (§3º, art. 188 do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024.)

21.1.6. Será observado o prazo de até 15 (quinze) dias, contados após a habilitação para pagamento.

21.1.7. As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

21.1.8. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

21.1.9. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº. 14.133/2021.

21.1.10. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = N x VP x I**, sendo:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da Parcela a ser paga

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

**I** = (TX/100)/365 I = .....

**TX** = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

21.1.11. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

21.1.12. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

- 21.1.13. Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.
- 21.1.14. O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.
- 21.1.15. Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.
- 21.1.16. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.
- 21.1.17. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.
- 21.1.18. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.
- 21.1.19. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.
- 21.1.20. A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.
- 21.1.21. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 21.1.22. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.
- 21.1.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 21.1.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 21.1.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 21.1.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 21.1.27. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no presente Projeto Básico e no respectivo cronograma.
- 21.1.28. A administração local será remunerada proporcionalmente à execução da obra, conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos do SICRO:
- Acórdão nº 2.622/2013-TCU –“Plenário orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a estabelecer critério objetivo de medição para a administração local das obras, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira da obra.”
- 21.1.29. Ao passo que a execução financeira do contrato é realizada, o percentual referente à administração local deve ser aplicado proporcionalmente sobre os valores medidos.

21.1.30. O custo constante no orçamento referencial da Administração Local é para a execução completa da obra e somente será medido integralmente (100%) se o contrato for totalmente executado, caso contrário será medido e pago apenas de modo proporcional ao executado.

21.1.31. Em estrita observância à Instrução Normativa da SEFIN/RO e demais normas do Estado de Rondônia, a retenção na fonte do Imposto de Renda (IRRF) sobre os pagamentos efetuados pelo Contratante será realizada em conformidade com a legislação federal aplicável, tendo o Estado de Rondônia a titularidade da respectiva receita. Fica a Contratada obrigada a informar no documento fiscal o valor do IR, devendo ser observada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme as tabelas anexas à IN RFB nº 1.234/2012, aplicáveis ao Estado de Rondônia.

I - As empresas optantes pelo Simples Nacional (Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP) ficam dispensadas da retenção do IRRF, conforme Instrução Normativa RFB nº 765/2007, e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) pelo Contratante, desde que apresentem, no ato da assinatura do contrato e de suas prorrogações, a declaração de que trata o Anexo II da IN nº 10/2025/SEFIN-COTES ou suas alterações.

II - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão, ainda, apresentar em conjunto com a Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do recolhimento mensal (Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS) referente ao período de apuração anterior, como forma de comprovação de sua regularidade fiscal perante o regime tributário diferenciado.

III - A falta da declaração de que trata o item 'I' ou do comprovante do item 'II' sujeitará a Contratada à retenção do IRRF sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, e a retenção do ISSQN se aplicará, conforme a legislação municipal. A Contratada tem o dever de informar imediatamente qualquer alteração em seu regime tributário.

## 22. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

22.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

22.2. Proporcionar todas as condições necessárias para a licitante vencedora poder cumprir o objeto desta licitação.

22.3. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

22.4. Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.

22.5. A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.

22.6. Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

22.7. Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF.

## 23. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

23.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

23.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

- 23.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 23.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 23.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Projeto Básico e Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 23.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 23.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 23.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 23.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 23.10. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 23.11. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 23.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 23.13. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 23.14. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 23.15. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 23.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 23.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 23.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 23.19. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 23.20. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

- 23.21. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 23.22. Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 23.23. Retirar a Nota de Empenho e realizar a assinatura do Termo Contratual ou instrumento equivalente e a Ordem de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias, a contar de sua notificação para essas finalidades;
- 23.24. De forma Atender as disposições contidas no Art. 125 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras;
- 23.25. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.
- 23.26. Submeter à aprovação da fiscalização, até cinco dias após o início dos trabalhos, o plano de execução e o cronograma detalhado dos serviços e obras, elaborados em conformidade com o cronograma do contrato e técnicas adequadas de planejamento, bem como eventuais ajustes.
- 23.27. Os serviços deverão iniciar no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento pela contratada, da ordem de serviço emitida pelo DER/RO.
- 23.28. Providenciar, junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.
- 23.29. Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da execução do objeto, minucioso exame das especificações, de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização, todas as divergências ou dúvidas por ventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão;
- 23.30. Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21, conforme segue:

MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de declaro, para os efeitos do [art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que relativamente ao mês de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

24. **DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 24.1. O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei 14.133/21.
- 24.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações ([conforme art. 155. da Lei Federal 14.133/2021](#)):
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III - dar causa à inexecução total do contrato;
  - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

24.3. De acordo com o Artigo 156 da Lei 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

24.5. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

24.6. Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

24.7. A licitante, adjudicatária ou contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 156 da referida Lei. Além disso, será descredenciada do Cadastro Estadual de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Projeto Básico e das demais sanções legais. A penalidade também deverá ser registrada no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

24.8. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

24.9. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

24.10. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

24.11. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

24.12. São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

24.13. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

24.14. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

Tabela - Descrição das Infrações

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia

10	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

24.15. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.16. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

24.17. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

24.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.19. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.20. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

24.21. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

24.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

24.23. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.24. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

24.25. Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no [inciso II, do art. 156 da Lei nº 14.133/21](#), poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no [art. 162 da Lei 14.133/21](#).

24.26. As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerá na seguinte forma:

- a) Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.
- b) Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.
- c) Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

24.27. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.28. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 24.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

## 25. DA GARANTIA DO CONTRATO

25.1. A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

25.2. A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do Termo de Contrato, observando o §3º do Art. 96 da Lei Nº 14.133/21.

25.3. As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

25.3.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

25.3.2. Seguro-garantia;

25.3.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

25.3.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

25.4. Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

25.5. Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

25.6. Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

25.6.1. Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;

25.6.2. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;

25.6.3. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;

25.6.4. O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

25.6.5. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Projeto Básico e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.

25.6.6. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

- b) Objeto a ser contratado, especificado no Edital;
- c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);
- d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
- e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

25.7. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

25.8. O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

25.9. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

25.10. A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Projeto Básico, ou Termo Aditivo a que se vincula;

25.11. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

25.12. A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo do presente objeto, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

25.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

25.14. A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

25.15. Em atenção ao Art. 102 da Lei nº 14.133/2021, na presente contratação de serviço técnico especializado de engenharia, pautado na vantajosidade da contratação, não será adotada a modalidade de seguro-garantia com cláusula de retomada. A cláusula de retomada é mais comum em contratos de obras e serviços de engenharia de grande vulto (Art. 99), definidos pela legislação como aqueles com valores significativos (acima de R\$ 250,9 milhões em nível federal, ou R\$ 50 milhões em alguns estados). Levando em consideração as dificuldades impostas pelas seguradoras e que esta obra não se enquadra dentro dos parâmetros financeiros de obra de grande vulto, a cláusula de retomada não será empregada.

## 26. **DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO**

26.1. A garantia do serviço deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Art. 140 §6º da Lei 14.133/2021 e Normas Técnicas aplicáveis.

26.2. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos serviços executados e pela funcionalidade da futura construção e, em caso de vício ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação e/ou pela correção, sem prejuízo de projeto.

26.3. Em caso de identificação de vício ou incorreção, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de recebimento definitivo do objeto, o contratado será notificado pela contratante e ficará responsável pela reparação, pela correção, ou pela substituição necessária, sem prejuízo de projeto e sem ônus à administração pública.

- 26.4. O contratado terá prazo de 10 (dez) dias corridos a partir da data de envio da notificação para se manifestar acerca das providências a serem tomadas em acordo com a contratante.
- 26.5. O presente contrato não conta com assistência técnica devido à natureza do objeto, contando apenas com a garantia contratual de 5 (cinco) anos descrita anteriormente.
- 26.6. Tendo em vista que a responsabilidade do profissional técnico pelo projeto em si é indeterminada, ou seja, ele continua responsável até o encerramento do projeto, fica, ainda, o responsável pela emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Projeto Executivo, obrigado a sanar quaisquer dúvidas, esclarecimentos e/ou questionamentos realizados por este DER-RO acerca do Projeto Executivo a qualquer momento, independente da ocorrência da finalização do contrato.

## 27. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 27.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 27.2. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 27.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### 27.4. **PREPOSTO**

- 27.4.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 27.4.2. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.
- 27.4.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### 27.5. **FISCALIZAÇÃO**

- 27.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 27.5.2. **Fiscalização de contrato/Fiscalização Administrativa**
- 27.5.2.1. A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, regidos pelo DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 21 e art. 22.
- 27.5.2.2. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 27.5.2.3. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 24.

### 27.5.3. **Fiscalização Técnica**

- 27.5.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 27.5.3.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 27.5.3.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 27.5.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 27.5.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 27.5.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 27.5.3.7. Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23

**27.6. Gestor do Contrato:**

- 27.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.
- 27.6.2. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato. DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VII ART. 20 .

**27.7. Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais**

- 27.7.1. Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas no Projeto Básico, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.
- 27.7.2. A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.
- 27.7.3. As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Projeto Básico e nas regras de boa técnica.
- 27.7.4. O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o decreto estadual Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23 .

**28. DA REVISÃO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

- 28.1. O reajuste, repactuação e revisão dos preços dos contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia, atenderam o disposto nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/24, de 25 de janeiro de 2024, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 28.2. A data-base do orçamento estimativo será a data-base para reajuste.

- 28.3. Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.
- 28.4. O reajustamento dos serviços deve ser realizado de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, publicada no Boletim Administrativo do DNIT nº 18, em 25 de janeiro de 2023.
- 28.5. Quando o reajustamento for solicitado pela contratada, este deve demonstrar o período sobre o qual está solicitando o reajuste e os respectivos cálculos devidos a esta solicitação.
- 28.6. Os preços contratuais, em Reais (R\$), serão reajustados da seguinte forma:
- 28.6.1. Pelo índice de reajustamento fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e disponibilizado no site do DNIT;
- 28.6.2. O cálculo do reajustamento para os preços propostos obedecerá à seguinte fórmula:

#### FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I0 = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

- 28.7. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.
- 28.8. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes
- 28.9. Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.
- 28.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 28.11. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 28.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, sendo favorável a administração pública, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 28.13. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 28.14. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 28.15. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 28.16. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do



contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual n.º 28.874/2024).

28.17. Nos termos do art. 154 do Decreto Estadual 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

- I - Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, nos termos do art. 152, do Decreto Estadual 28.874/2024, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com seguintes documentos:
- II - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;
- III - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;
- IV - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;
- V - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

28.18. Nos termos do art. 155, do Decreto Estadual 28.874/2024, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

- I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e,
- II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

28.19. O índice de reajuste de preço devem seguir os preceitos do art.156, do Decreto Estadual 28.874/2024.

28.20. O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos é direito do contratado, sendo sua manutenção interesse público, Art. 150 do Decreto Estadual 28.874/2024; observando os § 1º e § 2º.

28.21. O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

28.22. O prazo de resposta ao pedido do reajuste se dará no máximo em 60 (sessenta) dias.

28.23. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, nos termos do Art. 124 ao Art. 126 da Lei n.º 14.133/2024.

28.24. Nas hipóteses de ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.

28.25. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

28.26. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

## 29. DA MATRIZ DE RISCOS

29.1. O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos são apresentadas em Relatório Mapa da Matriz de Risco e Análise de Riscos (0058792750), estando a Matriz de Riscos está disposta no Quadro abaixo

Quadro - Matriz de Riscos

Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso na entrega das minutas de projeto	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data-base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento Contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos de Licenciamento	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento o mais cedo possível; colaboração estreita com as autoridades competentes	Contratante/Contratada
Riscos Executivos	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Contratante
	Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Contratante
	Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.	Contratada
	Divergências entre os serviços ou as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Projeto Básico, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso.	Contratante/Contratada

A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras in formações acerca do capital da Licitante.	Contratada
O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação do serviço; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Contratada
O Fornecedor é incapaz de iniciar o serviço devida falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Contratante
Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início da elaboração do serviço. Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções; Acionar o seguro contra riscos de engenharia.	Contratada
A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos e custos.	Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Contratante

29.2. Vale destacar que não foram consideradas as pontes em madeira durante este levantamento, tendo em vista que estas são consideradas soluções provisórias devido ao seu tempo de vida útil.

**30. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

30.1. É de total responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a aquisição do objeto deste instrumento, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

30.2. A empresa a ser CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto deste instrumento.

30.3. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações e normativas vigentes no que tange aos critérios de Sustentabilidade Ambiental.

30.4. **OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE** que a CONTRATADA deverá obedecer são os dispostos abaixo, de acordo com o Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 e com o Art. 45 da Lei Nº 14.133/21, os quais estabelecem:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

30.5. Gestão de Resíduos da Construção Civil na Fase de Projeto: Durante a fase de projeto da ponte de concreto estrutural, em especial durante a fase destinada aos estudos necessários, deve ser priorizada a não geração de resíduos, bem como a redução, reutilização, reciclagem, o tratamento adequado dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente responsável dos rejeitos. O projeto deve considerar a escolha de materiais e técnicas construtivas que minimizem a geração de resíduos, como a utilização de concreto de pré-fabricação, a redução do desperdício de materiais e o planejamento de processos construtivos eficientes. O Estudo Técnico Preliminar deve incluir diretrizes para a minimização de resíduos desde a concepção do projeto, antecipando as soluções para cada tipo de resíduo gerado.

30.6. Cadastro Técnico Federal (CTF/APP) na Fase de Projeto: O construtor ou projetista da ponte deve garantir que, no estágio de elaboração do projeto, esteja registrado no Cadastro Técnico Federal (CTF), conforme exigido pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. O registro no CTF/APP (Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais) é necessário para que as atividades do projeto e futura execução estejam em conformidade com as regulamentações ambientais. Na fase de projeto, o engenheiro responsável também deve verificar e planejar como será a gestão de eventuais impactos ambientais que possam surgir ao longo da construção da ponte.

30.7. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) na Fase de Projeto: A Contratada, ou o responsável pelo projeto, deve elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) já na fase de projeto da ponte. Esse plano deve ser apresentado à Contratante e aos órgãos competentes, com o objetivo de estabelecer, desde o início, os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção. O PGRCC deve ser elaborado com base no tipo de obra (ponte de concreto estrutural), considerando os resíduos específicos que serão gerados durante a execução da obra. A estratégia de gestão de resíduos deve ser pensada de forma a incorporar práticas sustentáveis desde a fase de projeto, incluindo a escolha de materiais e técnicas construtivas que minimizem o desperdícios.

30.8. Classificação e Destinação dos Resíduos na Fase de Projeto: Na fase de projeto, deve ser planejada a classificação dos resíduos gerados durante a construção da ponte e a destinação final ambientalmente adequada. De acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), o projeto deve prever a destinação dos resíduos nas seguintes categorias:

30.9. Classe A (Resíduos Recicláveis e Reutilizáveis): O projeto deve indicar quais resíduos podem ser reciclados ou reutilizados, como concreto reciclado ou materiais metálicos. Estes resíduos devem ser reutilizados no próprio canteiro de obras ou enviados para reciclagem.

30.10. Classe B (Resíduos com Potencial Reciclável): O projeto deve prever o encaminhamento para reciclagem ou reutilização de resíduos como madeira e outros materiais que possam ser reaproveitados, ou sua armazenagem temporária para reciclagem futura.

30.11. Classe C (Resíduos Não Recicláveis, mas Controláveis): A disposição desses resíduos deve ser prevista de forma adequada, incluindo a definição de áreas específicas para o seu armazenamento temporário e tratamento conforme as normas técnicas.

30.12. Classe D (Resíduos Perigosos): A fase de projeto deve já prever a identificação de resíduos perigosos, como óleos, tintas e outros materiais que necessitem de tratamento especial e que devem ser armazenados e transportados de acordo com as normativas ambientais específicas.

30.13. Registro e Regularização do Destinador Final dos Resíduos na Fase de Projeto: O destinador final dos resíduos da construção da ponte deve ser identificado e regularizado já na fase de projeto. Isso significa que, ao planejar a obra, o projetista deve identificar destinadores registrados e autorizados no CTF-Ibama para garantir que os resíduos sejam tratados e descartados corretamente, conforme as exigências da legislação. A escolha do destinador adequado para cada tipo de resíduo deve ser parte do planejamento antecipado, com a garantia de que a destinação final será realizada de forma ambientalmente responsável.

30.14. Cadastro Técnico Federal de Atividades de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) na Fase de Projeto: A empresa responsável pela gestão de resíduos sólidos, durante a execução da ponte, deve estar registrada no CTF/AIDA já na fase de projeto. Essa regularização deve ser antecipada no estudo técnico preliminar para garantir que todas as fases de execução e gerenciamento de resíduos cumpram as exigências legais, incluindo o transporte, armazenamento e destinação final dos resíduos. O responsável técnico pela gestão ambiental do projeto também deve estar inscrito no CTF/AIDA, conforme a Lei nº 6.938/1981 e as instruções normativas pertinentes, garantindo a conformidade com as regulamentações de defesa ambiental.

30.15. Ressalta-se que a empresa Contratada deverá elaborar os estudos e projetos se atendo aos requisitos do Art. 45, V e VI, da Lei nº 14133/21, respeitando a: "V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas e VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

#### 30.16. **O LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

30.16.1. Cabe esclarecer que Conforme Ofício - Dispensa de Licenciamento Ambiental (0057041596), não há previsão legal para o licenciamento ambiental de projetos de engenharia/infraestrutura. Portanto, o licenciamento deverá ser requerido pela Contratante após a elaboração dos projetos por parte da Contratada.

30.16.2. A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de cunho ambiental, necessários para o cumprimento do objeto do contrato.

30.17. **RISCOS e IMPACTOS AMBIENTAIS/MEDIDAS MITIGADORAS**

30.17.1. A construção de uma ponte de concreto pode envolver diversos riscos e impactos ambientais em diferentes fases, desde a extração e transporte dos materiais até a entrega final da obra. O quadro abaixo, a seguir, apresenta alguns desses possíveis riscos e impactos, juntamente com possíveis medidas mitigadoras:

Quadro - Possíveis riscos e impactos, juntamente com possíveis medidas mitigadoras

Etapa	Riscos/Impactos Ambientais	Medidas Mitigadoras
Transporte de Equipamentos	Emissões de gases de efeito estufa e poluição atmosférica durante o transporte de equipamentos, especialmente se forem realizados em longas distâncias.	Utilizar transporte eficiente em termos de energia e priorizar fornecedores locais para reduzir as distâncias de transporte.
Realização dos Estudos	Geração de resíduos de construção, impacto no solo devido a movimentações de terra e utilização intensiva de recursos.	Implementar práticas sustentáveis, como a gestão eficiente de resíduos, reciclagem de materiais de construção quando possível e adoção de técnicas que minimizem a perturbação do solo.
Uso de Energia e Emissões durante a realização dos estudos/elaboração de projetos	Consumo significativo de energia durante a realização dos estudos/elaboração de projetos e emissões associadas.	Implementar práticas construtivas eficientes em termos de energia, incorporar fontes de energia renovável sempre que possível e compensar emissões de carbono.
Ruído e Perturbação à Fauna	Ruído excessivo e perturbação ao habitat natural, afetando a fauna local.	Programar atividades ruidosas durante períodos específicos do dia e adotar medidas para proteção de habitats críticos e espécies vulneráveis.
Descarte de Resíduos	Descarte inadequado de resíduos, contribuindo para a poluição e degradação ambiental.	Implementar sistemas de gestão de resíduos eficientes, reciclar materiais sempre que possível e seguir regulamentações locais para o descarte adequado.

31. **DAS ÁREAS PASSÍVEIS DE DESAPROPRIAÇÃO**

31.1. A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de projeto e em caso da existência de áreas que estejam em localidades que não perfaçam a área de domínio da rodovia, essas áreas devem ser indicadas com fito ao desenvolvimento de processo de cunho de desapropriação por parte da Contratante.

31.2. A possível indicação das áreas deverá ser realizada após a elaboração de Estudo de Viabilidade e Identificação dos Imóveis a Serem Desapropriados.

31.3. Em caso de haver áreas a desapropriar, as seguintes responsabilidades devem ser atribuídas:

- a) A Contratante é a responsável por emitir a declaração formal de privacidade pública ou de interesse social, que justifica a desapropriação para a execução do projeto em caso de necessidade de procedimento expropriatório.
- b) A estimativa de valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos fica a cargo da contratada
- c) O registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverão constar em nome da Contratante.

32. **DOS CASOS OMISSOS**

32.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 33. **DA NECESSIDADE DE PROVA DE CONCEITO, AMOSTRAS, CERTIFICAÇÕES, LAUDO OU DOCUMENTO SIMILAR**

33.1. Para a presente contratação, considerando o objeto Elaboração dos Estudos de Viabilidade, Elaboração de Projeto Básico de Engenharia e Projeto Executivo de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural ou de Projeto de Recuperação e Duplicação de ponte existente, incluindo Componentes ambientais, **não se vislumbra a necessidade de prova de conceito ou apresentação de amostras**, uma vez que se trata de serviço técnico e obra de engenharia civil.

33.2. Contudo, **será exigida a apresentação de certificações legais pertinentes**, como registro no CREA/CAU, comprovação de acervo técnico compatível com o objeto.

33.3. Da mesma forma, **laudos técnicos e estudos específicos**, deverão ser apresentados para validação dos projetos, conforme solicitado na Nota Técnica 77 - Especificações Técnicas (0065737541).

### 34. **DA INEXECUÇÃO E DAS RESCISÃO DOS CONTRATOS**

34.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

34.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

34.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

34.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

34.4.1. Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

34.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

34.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

34.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

34.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

34.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

34.5.3. Indenizações e multas.

34.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

34.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei 14.133/2021.

34.8. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

## 35. DO ACESSO AO SEI

35.1. As empresas participantes deverão ter acesso ao sistema SEI, visto que o contrato com a vencedora será assinado eletronicamente pelo seu representante legal devidamente cadastrado. Este cadastro é destinado a pessoas físicas que estejam com PROCESSOS PARA ASSINATURA na instituição.

35.2. O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, destinado para empresas/pessoas que participam em processos administrativos junto ao Governo de Rondônia, independente de vinculação, para fins de assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos.

35.3. Para realizar o cadastro inicial, o solicitante deverá acessar o site <http://sei.ro.gov.br> e clicar em “ainda não sou cadastrado”, preencher formulário com os dados pessoais e criar uma senha..

35.4. O sistema enviará para o e-mail cadastrado uma mensagem solicitando a confirmação do cadastro.

35.5. Observação: O perfil de Usuário Externo não permite criação de processo e inclusão de documentos. Sua função é exclusiva para fins de assinatura de documentos.

35.6. Mais informações: Entrar em contato com a Central de Atendimento da Setic. pelo e-mail: [cadastrosei@setic.ro.gov.br](mailto:cadastrosei@setic.ro.gov.br), ou fone: (69) 3212-9513 – Voip 9513.

## 36. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

36.1. Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

36.2. Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).



- 36.3. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).
- 36.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).
- 36.5. Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.
- 36.6. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.
- 36.7. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;
- 36.8. Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

37. **ANEXOS**

- I - [Quadro de Relações de Qds. Proposta](#)
- II - [Quadro Habilitação QD 1](#)
- III - [Quadro Habilitação QD 2](#)
- IV - [Quadro Habilitação QD 3](#)
- V - [Quadro Habilitação QD 4](#)
- VI - [Declaração de conhecimento do local de serviço](#)
- VII - [Declaração de responsabilidade pela não realização da visita](#)
- VIII - [Planilha Orçamentária Referencial São José \(0066443142\)](#)
- IX - [Cronograma Físico-financeiro São José \(0066443565\)](#)
- X - Cronograma Referencial\_ Rio São José\_julho/25 (0065747927)
- XI - [Nota Técnica 77 - Especificações Técnicas \(0065737541\)](#)
- XII - [Nota Técnica 84 - Planilha referencial \(0066442837\)](#)
- XIII - [Anexo BDI - Tabela de preços de Consultoria \(0064268222\)](#)
- XIV - Relatório Mapa da Matriz de Risco (0058792750)
- XV - Minuta de Contrato 0066516419

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovador por:
<b>MARTINHA APARECIDA PANCOTO MALFATTI</b> Assessor Técnico - DER/RO	<b>VALÉRIA LOURENÇO DIAS LANG</b> Engenheira Civil Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte CPPOO/DER-RO  <b>POLIANA DE MELO PESSÔA</b> Assessora Técnica II Gerência de Obras de Arte - CPPOO/DER-RO  <b>THAMARA LETÍCIA SILVA MACHADO</b> Engenheira Civil Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte CPPOO/DER-RO	<b>L. CAROLINA LISOWSKI</b> Engenheira Civil Coordenadora da CPPOO/DER-RO
Autorização pelo Ordenador de Despesas		
<b>EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS</b> Diretor-Geral do DER/RO		



Documento assinado eletronicamente por **THAMARA LETICIA SILVA MACHADO, Chefe de Unidade**, em 18/11/2025, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALERIA LOURENÇO DIAS, Técnico(a)**, em 18/11/2025, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Poliana de Melo Pessôa, Técnico(a)**, em 18/11/2025, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leia Carolina Lisowski, Coordenador(a)**, em 18/11/2025, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **martinha aparecida pancoto malfatti, Assessor(a)**, em 18/11/2025, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON DIAS, Diretor(a) Adjunto(a)**, em 18/11/2025, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0066506662** e o código CRC **A9EEE2CB**.

Referência: Caso responda este Projeto Básico, indicar expressamente o Processo nº 0009.003819/2025-13

SEI nº 0066506662